

# Diário do Legislativo de 24/03/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB-PT-PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado

Vice-Líder: Deputado

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

## COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délío Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
Deputado Paulo Guedes	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ademir Lucas	BSD	
Deputado Wander Borges	BPS	

Deputado PDT  
Doutor  
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PMDB-PT-PCdoB

Deputada Maria Tereza PMDB-PT-PCdoB  
Lara

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo Valério

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente  
Dalmo  
Ribeiro  
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente  
Chico Uejo

Deputado BSD  
Célio  
Morteira

Deputado BPS  
Sebastião  
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Padre João

Deputado PRB  
Gilberto  
Abramo

Deputado BSD  
Delvito  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Dilzon BSD  
Moreira

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PCdoB  
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PCdoB  
Júlio

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente  
Gláucia

Deputado BSD Vice-Presidente  
Juninho

Deputado PMDB-PT-PcdoB  
Getúlio

Deputado PMDB-PT-PcdoB  
Paulo

Deputado BSD  
Marcus

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PcdoB  
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD  
Fabiano

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PcdoB Presidente  
Adalclever

Deputado BPS Vice-Presidente  
Délio

Deputado BSD  
Walter

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB  
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputado Delvito BSD  
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PcdoB Presidente  
Durval Ângelo

Deputado BSD  
Fahim Sawan

Deputado BPS  
Antônio  
Genaro

Deputado PMDB-PT-PcdoB  
Vanderlei  
Miranda

Deputado BSD  
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB  
Tereza Lara

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente  
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente

Deiró  
Marra

Deputado BSD  
Dalmo  
Ribeiro

Deputada BPS  
Gláucia  
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Carlin  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD  
Alves

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputada Rosângela BPS  
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PCdoB  
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente  
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente  
Jayro Lessa

Deputado BSD  
Lafayette de  
Andrada

Deputado BPS  
Inácio  
Franco

Deputado BPS  
Agostinho  
Patrús Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Adelmo  
Carneiro  
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Antônio  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD  
Moreira

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PCdoB  
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PCdoB  
Nogueira

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente  
Sávio Souza  
Cruz

Deputado BSD  
Luiz  
Humberto  
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Almir  
Paraca

Deputado BSD  
Gil Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB  
Lopes

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB  
Gomes

Deputado Lafayette BSD  
Andrada

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente  
Sávio  
Souza  
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente  
Gustavo  
Valadares

Deputado BSD  
Gil Pereira

Deputado BSD  
Célio  
Moreira

Deputado BPS  
Tiago  
Ulisses

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB  
Lopes

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Wander BPS  
Borges

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PMDB-PT-PcdoB Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

DeputadoDuarte BSD  
Bechir

Deputado Carlin PMDB-PT-PcdoB  
Moura

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Fábio BPS  
Avelar

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB  
Lopes



Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD  
Melo

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Chico BPS  
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Luiz BSD  
humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Dimas BSD  
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Pinduca BSD  
Ferreira

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM  
Muniz

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputado Doutor PDT  
Ronaldo

Deputado Marcus BSD  
Pestana

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente  
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente  
Maria  
Tereza  
Lara

Deputado BPS  
Rômulo  
Veneroso

Deputado PDT  
Tenente  
Lúcio

Deputado BSD  
Pinduca  
Ferreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado	BPS	Vice-Presidente
Djalma		
Diniz		

Deputado BSD  
Marcus  
Pestana

Deputado BSD  
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Adalclever  
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Juninho BSD  
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB  
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT  
Alencar da  
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente  
Eros  
Biondini

Deputado BPS  
Fábio Avelar

Deputado BPS  
Antônio  
Carlos  
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Carlos  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Zezé PDT  
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BPS	Presidente
Deputado	PDT	Vice-Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BSD	
Deputado Gilberto Abramo	PRB	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Gil Pereira	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Pimenta	Carlos PDT
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Antônio Júlio	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Ângelo	Durval PMDB-PT-PCdoB
Deputado Fabiano	Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Mesa da Assembleia

4.3 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATA

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/3/2010

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Zé Maia e Domingos Sávio (os dois últimos substituindo os Deputados Fahim Sawan e Delvito Alves, respectivamente, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Zé Maia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a readmissão dos Agentes Penitenciários demitidos em decorrência da greve ocorrida em 2009. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Estado de Administração Prisional, representando o Sr. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Estado de Defesa Social; Robson Lucas da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social; Cel. Odilon, Superintendente da Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Socioeducativo; Cap. Vildes, Diretor de Formação e Capacitação do Sistema Prisional do Estado; Samuel Marcelino de Oliveira Júnior, Assessor-Chefe da Subsecretaria de Estado de Administração Prisional; Luiz Carlos Danunzio, Diretor-Geral de Segurança do Sistema Prisional do Estado, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo assume a direção dos trabalhos e, em seguida, concede a palavra ao Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (2) em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente da Cemig, requerendo a realização de reunião com a Comissão de Meio Ambiente do Bairro Havaí e Adjacências, para discutir assuntos de interesse dos moradores locais, especialmente sobre a Ficha de Visita vinculada ao Projeto Conviver, através da qual estão sendo identificados e cadastrados; seja realizada reunião de audiência pública para apurar denúncias sobre violação de direitos humanos e criminalização do movimento de estudantes da UFMG; Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja ouvido nesta reunião o Sr. Altamir Carlos da Silva Oliveira, ex-Agente Penitenciário; seja realizada reunião de audiência pública para apurar denúncia de assédio moral e agressão contra Agente Penitenciário na Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, no Município de Unaí; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a inclusão do Sr. Altamir Carlos da Silva Oliveira no Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas, bem como para solicitar o empenho do Chefe de Polícia Civil na investigação e responsabilização dos envolvidos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

## MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/3/2010

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em redação final: Projeto de Resolução nº 3.793/2009.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/3/2010

## 1ª Parte

## 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

## 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

## 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

## 2ª Fase

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.142/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 126, de 25/1/2007, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 117, que institui o "Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais", altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004; a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005; e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º e ao "caput" do art. 20 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º; ao art. 22 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 4º; ao art. 26-B da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 6º; ao inciso I do § 1º do art. 30-A da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 8º; e ao § 6º do art. 4º da Lei Complementar nº 83, de 2005, a que se refere o art. 10; e pela rejeição do veto ao art. 2º, ao inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º; ao art. 5º e ao art. 6º-A da Lei Complementar nº 83, de 2005, a que se refere o art. 12.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáveres. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nºs 14.313, de 19/6/2002; 15.424, de 30/12/2004, e 16.318, de 11/8/2006. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º da Lei nº 16.318, de 2006, a que se refere o art. 4º; e pela rejeição do veto ao art. 4º da mesma lei, a que se refere o art. 4º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 2 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - com sede no Município de Barbacena o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 24/3/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.868/2008, do Deputado Ronaldo Magalhães.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.499/2008, do Deputado Padre João; 4.020/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 919/2007, do Deputado Sebastião Costa; 4.039/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 4.088/2009, do Deputado Eros Biondini; 4.195/2010, do Deputado Tiago Ulisses.

Requerimentos nºs 5.547/2010, do Deputado Inácio Franco; 5.553/2010, da Comissão de Segurança Pública; 5.622/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.656/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/3/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/3/2010



1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate sobre os efeitos da suspensão das atividades de extração de calcário na região de Córrego Fundo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 24/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.870/2008, do Deputado Carlos Pimenta; 3.377/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.645/2009, do Deputado Vanderlei Miranda; 4.042/2009, da Deputada Maria Tereza Lara; e 4.069/2009, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 5.579, 5.580, 5.581, 5.611 e 5.655/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.596/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 5.623/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.657 e 5.658/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 5.659 e 5.660/2010, do Deputado Ruy Muniz; 5.666, 5.674 e 5.675/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 475/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 2.427/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.096/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 4.098/2009 e 4.160/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.162/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.163/2010, do Deputado João Leite; 4.170/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.175/2010, do Deputado Wander Borges; 4.177 e 4.179/2010, do Deputado Zé Maia; 4.180/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.181/2010, do Deputado Délio Malheiros.

Requerimentos nºs 5.598/2010, do Deputado Wander Borges; 5.620/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.681/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 24/3/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.962/2009, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.862/2009, do Deputado Carlos Pimenta; 4.112/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Requerimento nº 5.668/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Finalidade: debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 3.745/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre a autorização dos órgãos ambientais para intervenções destinadas à realização de melhorias nas rodovias situadas no Estado, bem como à sua conservação.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 24/3/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.615 a 5.618/2010, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 24/3/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.824/2008, do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.653/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 5.667/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 5.678/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Apreciação do relatório final da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 30/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate sobre problemas no abastecimento de água no Bairro Pires, no Município de Congonhas, decorrentes do entupimento de mananciais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 24/3/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei Complementar nºs 117, que institui o "Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais", altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, e dá outras providências; e 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004; a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007; às Proposições de Lei nºs 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outra providência; 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáveres; 19.574, que altera as Leis nºs 14.313, de 19/6/2002; 15.424, de 30/12/2004, e 16.318, de 11/8/2006; 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004; 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno; e 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado; e 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica; 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - com sede no Município de Barbacena o terreno que especifica; 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado; 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006; 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica; 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas no Estado; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; e 4.142/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 126, de 25/1/2007, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### Edital de convocação

#### Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, José Henrique, Weliton Prado, Dinis Pinheiro, Hely Tarquínio e Sargento Rodrigues, membros da Mesa da Assembleia, para a reunião a ser realizada em 24/3/2010, às 11 horas, no Salão Nobre.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2010, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 558/2007, do Deputado Padre João, de se votarem, em turno único, o Requerimento nº 5.621/2010, do Deputado Doutor Viana, e o Requerimento nº 5.671/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2010.

João Leite, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2010, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.813/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; de votar os Requerimentos nºs 5.600, 5.601 e 5.663/2010, do Deputado Weliton Prado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Célio Moreira, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 124/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 4.147/2010, do Tribunal de Contas; 4.384/2010, do Procurador-Geral de Justiça; 4.386 a 4.388/2010, do Governador do Estado, e 4.389/2010, do Tribunal de Justiça; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de março de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 24/3/2010, às 15h30min e às 20h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.147/2010, do Tribunal de Contas; 4.257/2010, do Governador do Estado; 4.384/2010, do Procurador-Geral de Justiça; 4.386 a 4.388/2010, do Governador do Estado, e 4.389/2010, do Tribunal de Justiça; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2010.

Délio Malheiros, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 24/3/2010, às 16 horas e às 20h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.147/2010, do Tribunal de Contas, 4.384/2010, do Procurador-Geral de Justiça, e 4.386, 4.387 e 4.388/2010, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2010.

Zé Maia, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2010, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debaterem, em audiência pública, denúncias de violação de direitos humanos, envolvendo o Consórcio Candonga, e o não cumprimento, por parte desse Consórcio, de medidas mitigadoras dos impactos socioeconômicos e ambientais no Município de Santa Cruz do Escalvado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

"MENSAGEM Nº 482/2010"

Belo Horizonte, 22 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembleia Legislativa, substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.752, de 2008, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado.

O substitutivo propõe a alteração na data da concessão do reajuste previsto no Projeto original, tendo em vista o decurso de prazo desde a sua apresentação, o que inviabilizou a escala inicialmente planejada.

Prevê ainda a majoração da Gratificação Complementar de Produtividade – GCP, devida aos Procuradores do Estado em efetivo exercício que fizerem jus ao recebimento de honorários de sucumbência, bem como acrescenta parágrafo que estende oitenta por cento dessa gratificação aos integrantes da carreira de Advogado Autárquico, do Grupo de Atividades Jurídicas do Poder Executivo, também dos quadros da Advocacia-Geral do Estado.

Ressalta-se que há dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e acréscimos que o projeto ocasionará, estando a proposta adequada às Leis Orçamentária Anual, de Diretrizes Orçamentárias e que contém o Plano Plurianual, bem como aos limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à consideração dos seus Nobres Pares o presente Substitutivo.

Aécio Neves, Governador do Estado.

Belo Horizonte, de março de 2010.

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. que o impacto financeiro para o exercício de 2010, decorrente de proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 2.752, de 2008, que altera os parâmetros para o cálculo da Gratificação Complementar de Produtividade e contempla reajuste de 15%, a partir de 1º de janeiro de 2010, sobre os valores das tabelas de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado, corresponde a R\$9.339.333,61 (nove milhões, trezentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos).

Informo que, do valor supracitado, R\$3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais) correspondem a uma estimativa de impacto financeiro decorrente da alteração dos parâmetros para cálculo da Gratificação Complementar de Produtividade, que foi efetuada a partir da análise da média dos honorários advocatícios pagos aos Procuradores do Estado em 2006, 2007 e 2008.

Destaco que há dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e os acréscimos dela decorrentes. A incorporação desses valores à folha de pagamento do Estado possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, guarda compatibilidade com o Plano Plurianual, bem como Lei de Diretrizes Orçamentárias.

as e está em conformidade com os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

Renata Vilhena, Secretária de Estado.

Substitutivo ao Projeto de lei nº 2.752, de 2008

Reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado e altera a Lei nº 18.017, de 8 de janeiro de 2009.

Art. 1º - A tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado, da carreira da Advocacia Pública do Estado, de que trata a Lei Complementar nº 81, de 10 de agosto de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 2º - O art. 1º da Lei nº 18.017, de 8 de janeiro de 2009, fica acrescido dos §§ 8º e 9º e os seus §§ 1º, 2º, 4º e 5º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

§ 1º - A GCP será concedida apenas no mês em que os honorários rateados forem inferiores, em relação a cada Procurador do Estado, ao valor bruto equivalente à média aritmética dos três anos imediatamente anteriores, considerados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro.

§ 2º - O valor da GCP corresponderá à diferença entre o valor da média prevista no § 1º e aquele resultante do rateio mensal de honorários devido a cada Procurador do Estado.

§ 4º - Quando os honorários devidos em função do rateio mensal, por Procurador do Estado, forem superiores ao valor bruto da média prevista no § 1º, o valor excedente, até o limite que corresponder a R\$300,00 (trezentos reais) brutos por Procurador do Estado que tenha recebido honorários no mês, permanecerá em conta bancária específica, nos termos do regulamento.

§ 5º - O valor excedente retido na forma do § 4º deverá ser utilizado para pagamento de eventuais complementações futuras de honorários nos meses em que o total arrecadado não conseguir atingir, em razão de novo rateio, o valor da média prevista no § 1º, sem prejuízo do pagamento da GCP, caso ainda se faça necessário.

§ 8º - Caso a apuração da média de que trata o § 1º resulte em valor inferior à média aritmética do valor bruto de honorários dos três anos imediatamente anteriores a 2010, aplicar-se-á, em substituição ao critério previsto no § 1º, o valor da média apurada em 2010.

§ 9º - Aos ocupantes dos cargos a que se refere o inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 10 de agosto de 2004, em efetivo exercício, será concedida a gratificação a que se refere o "caput" deste artigo, no percentual de 80% (oitenta por cento), respeitadas as condições impostas para o recebimento."

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº de de 2010)

Tabela de Vencimento Básico da Carreira de Procurador do Estado

Carga horária: 40 horas semanais

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU	A	B	C	D
	NÍVEL				
Superior	I	4.255,00	4.382,65	4.514,13	4.649,55
	II	4.680,50	4.820,92	4.965,54	5.114,51
	III	5.148,55	5.303,01	5.462,10	5.625,96
	IV	5.663,41	5.833,31	6.008,31	6.188,55"

- Anexe-se cópia ao Projeto de Lei nº 2.752/2008. Publicada, fica a mensagem em poder da Mesa, aguardando a inclusão da proposição em ordem do dia.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 483/2010"

Belo Horizonte, 22 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

No exercício da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, projeto de lei que reajusta o subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

O reajuste proposto é escalonado em três etapas, com vigências a contar de maio de 2010, setembro de 2011 e setembro de 2012, com a elevação do subsídio inicial dos membros da Defensoria Pública a R\$8.000,00, R\$10.000,00 e a R\$12.000,00, respectivamente, proporcional para as demais classes da carreira.

Ressalta-se que há dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e acréscimos que o projeto ocasionará, estando a proposta adequada às Leis Orçamentária Anual, de Diretrizes Orçamentárias e que contém o Plano Plurianual, bem como aos limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por entendê-la relevante e para melhor compreensão do conteúdo do projeto faço anexar a Exposição de Motivos da Secretária de Planejamento e Gestão.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à consideração dos seus Nobres Pares o presente projeto de lei.

Aécio Neves, Governador do Estado.

Belo Horizonte, de março de 2010.

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. que o impacto financeiro mensal e anual decorrente do Projeto de Lei que reajusta o subsídio da carreira de Defensor Público corresponde aos seguintes valores, conforme as datas de vigência especificadas abaixo:

- impacto mensal de R\$1.221.856,90 (um milhão, duzentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos) e de R\$10.996.705,00 (dez milhões novecentos e noventa e seis mil, setecentos e cinco reais) no exercício de 2010, correspondentes à primeira etapa do reajuste, com vigência a partir de 1º de maio de 2010;

- impacto mensal de R\$2.158.721,17 (dois milhões, cento e cinquenta e oito mil, setecentos e vinte e um reais e dezessete centavos) e de R\$10.793.605,85 (dez milhões setecentos e noventa e três mil seiscentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos) no exercício de 2011, correspondentes à segunda etapa do reajuste, com vigência a partir de 1º de setembro de 2011;

- impacto mensal de R\$2.158.245,59 (dois milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) e de R\$10.793.605,85 (dez milhões setecentos e noventa e três mil seiscentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos), no exercício de 2012, correspondentes à terceira etapa do reajuste, com vigência a partir de 1º de setembro de 2012.

Destaco que há dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e os acréscimos dela decorrentes. A incorporação desses valores à folha de pagamento do Estado possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, guarda compatibilidade com o Plano Plurianual bem como Lei de Diretrizes Orçamentárias e está em conformidade com os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

Renata Vilhena, Secretária de Estado.

#### Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei que reajusta os valores do subsídio da carreira de Defensor Público.

O reajuste proposto é escalonado em três etapas, sendo a primeira implementada em maio de 2010, a segunda em setembro de 2011 e a terceira em setembro de 2012. Na primeira etapa, o valor do subsídio inicial dos membros da Defensoria Pública será elevado de R\$6.580,00 para R\$8.000,00, com reajuste proporcional para as demais classes da carreira. Na segunda etapa, o valor inicial do subsídio passará a ser de R\$10.000,00. E na terceira etapa, o valor inicial do subsídio passará a ser de R\$12.000,00. Trata-se de medida que demonstra o reconhecimento do trabalho realizado pelos Defensores Públicos e constitui estímulo para a ampliação e melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Destaco que todos os valores de impacto financeiro decorrentes das propostas contidas no presente anteprojeto foram aprovados pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, tendo em vista a disponibilidade financeira e orçamentária, bem como os limites de despesas determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

São essas, Senhor Governador, as razões fundamentais para a proposição do anteprojeto de lei em apreço, que ora submetemos à consideração de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão.

Projeto de lei nº 4.386/2010

Reajusta o subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Art. 1º - O subsídio dos membros da Defensoria Pública, de que trata a Lei nº 17.162, de 26 de novembro de 2007, passa a ser o constante nos Anexos I, II e III desta lei, observados os respectivos prazos de vigência.

Art. 2º - O subsídio do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral e do Corregedor-Geral passa a ser o fixado nos Anexos IV, V e VI desta lei, observados os respectivos prazos de vigência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de 2010)

Subsídio dos Membros da Defensoria Pública

(de 1º de maio de 2010 a 30 de agosto de 2011)

Classe		Valor do subsídio	Símbolo
Defensor Público de Classe Especial		R\$12.160,85	DP-E
Defensor Público de Classe IV		R\$10.944,77	DP-4A
Defensor Público de Classe III		R\$9.850,29	DP-3A
Defensor Público de Classe II		R\$8.865,25	DP-2A
Defensor Público de Classe I	Nível II	R\$8.510,64	DP-1A
	Nível I	R\$8.000,00	DP-S

ANEXO II

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2010)

Subsídio dos Membros da Defensoria Pública

(de 1º de setembro de 2011 a 30 de agosto de 2012)

Classe		Valor do subsídio	Símbolo
Defensor Público de Classe Especial		R\$15.201,06	DP-E
Defensor Público de Classe IV		R\$13.680,96	DP-4A
Defensor Público de Classe III		R\$12.312,86	DP-3A
Defensor Público de Classe II		R\$11.081,57	DP-2A
Defensor Público de Classe I	Nível II	R\$10.638,30	DP-1A
	Nível I	R\$10.000,00	DP-S

ANEXO III

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2010)

Subsídio dos Membros da Defensoria Pública

(a partir de 1º de setembro de 2012)

Classe		Valor do subsídio	Símbolo
Defensor Público de Classe Especial		R\$18.241,28	DP-E



Defensor Público de Classe IV		R\$16.417,15	DP-4A
Defensor Público de Classe III		R\$14.775,43	DP-3A
Defensor Público de Classe II		R\$13.297,88	DP-2A
Defensor Público de Classe I	Nível II	R\$12.765,96	DP-1A
	Nível I	R\$12.000,00	DP-S

ANEXO IV

(a que se refere o art. 2º da Lei nº , de de de 2010)

Subsídio do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral e do Corregedor-Geral

(de 1º de maio de 2010 a 30 de agosto de 2011)

Cargo	Valor do subsídio
Defensor Público-Geral	R\$13.000,00
Subdefensor Público-Geral	R\$12.500,00
Corregedor-Geral	R\$12.500,00

ANEXO V

(a que se refere o art. 2º da Lei nº , de de de 2010)

Subsídio do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral e do Corregedor-Geral

(de 1º de setembro de 2011 a 30 de agosto de 2012)

Cargo	Valor do subsídio
Defensor Público-Geral	R\$16.000,00
Subdefensor Público-Geral	R\$15.500,00
Corregedor-Geral	R\$15.500,00

ANEXO VI

(a que se refere o art. 2º da Lei nº , de de de 2010)

Subsídio do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral e do Corregedor-Geral

(a partir de 1º de setembro de 2012)

Cargo	Valor do subsídio
Defensor Público-Geral	R\$19.000,00
Subdefensor Público-Geral	R\$18.500,00

Corregedor-Geral	R\$18.500,00
------------------	--------------

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\*- Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 484/2010"

Belo Horizonte, 22 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

No exercício da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, projeto de lei que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências.

Ressalta-se que há dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e acréscimos que o projeto ocasionará, estando a proposta adequada às Leis Orçamentária Anual, de Diretrizes Orçamentárias e que contém o Plano Plurianual, bem como aos limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por entendê-la relevante e para melhor compreensão do conteúdo do projeto faço anexar a Exposição de Motivos da Secretária de Planejamento e Gestão.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à consideração dos seus Nobres Pares o presente projeto de lei.

Aécio Neves, Governador do Estado.

Belo Horizonte, 22 de março de 2010.

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. que o impacto financeiro decorrente do Projeto de Lei que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências é de R\$1,167 bilhões no exercício de 2010, distribuídos conforme os valores abaixo:

R\$443 milhões, no exercício de 2010, correspondentes ao reajuste de 10% do vencimento básico e definição do novo piso remuneratório de R\$935,00 para as carreiras de Professor de Educação Básica e Especialista em Educação Básica, somado à instituição de novas tabelas de vencimento básico para as carreiras de Analista Educacional, Analista de Educação Básica, Assistente Técnico Educacional, Assistente Técnico de Educação Básica e Assistente de Educação;

R\$112 milhões, no exercício de 2010, correspondentes ao reajuste de 10% sobre os valores da tabela de vencimento básico de 117 carreiras do Poder Executivo;

R\$541 milhões, no exercício de 2010, correspondentes ao reajuste de 15% sobre a remuneração básica dos policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes de segurança penitenciários e socioeducativos;

R\$16 milhões, no exercício de 2010, correspondentes ao reajuste para servidores da carreira de Médico da FHEMIG.

R\$54,8 milhões, no exercício de 2010, correspondentes ao reajuste de 10% para os vencimentos dos cargos do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo (DADs e DAIs) e para os cargos integrantes do Quadro do Tesouro Estadual, bem como para a vantagem pessoal atribuída aos apostilados.

Destaco que há dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e os acréscimos dela decorrentes. A incorporação desses valores à folha de pagamento do Estado possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, guarda compatibilidade com o Plano Plurianual bem como Lei de Diretrizes Orçamentárias e está em conformidade com os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

Renata Vilhena, Secretária de Estado.

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências.

O reajuste salarial de 10% (dez por cento), previsto no art. 1º do anteprojeto ora apresentado, aplica-se a 121 carreiras do Poder Executivo, pertencentes aos Grupos de Atividades de Educação Básica, Educação Superior, Saúde, Defesa Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Seguridade Social, Agricultura e Pecuária, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Social, Transportes e Obras Públicas, Gestão, Planejamento, Tesouraria, Auditoria e Político-Institucionais e Tributação, Fiscalização e Arrecadação e as carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças. Propõe-se a aplicação do mesmo percentual de reajuste ao vencimento básico dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola, Secretário de Escola e Diretor do

O art. 2º do anteprojeto concede reajuste de 15% sobre o vencimento básico dos policiais civis, militares, bombeiros militares, agentes de segurança penitenciários e agentes de segurança sócio-educativos.

O art. 3º eleva o valor do piso remuneratório dos professores e especialistas em educação do Poder Executivo de R\$850,00 para R\$935,00, mantendo as regras que asseguram o pagamento da Parcela de Complementação Remuneratória do Magistério – PCRM -, para que a remuneração dos servidores do magistério alcance, no mínimo, o valor supramencionado.

Propõe-se, nos arts. 4º a 8º, com o objetivo de dar continuidade às medidas para valorização dos profissionais da Educação Básica, a instituição de novas tabelas de vencimento básico para as carreiras de Analista de Educação Básica, Assistente Técnico de Educação Básica, Assistente Técnico Educacional, Assistente de Educação, Analista Educacional Assistente Administrativo da Polícia Militar e Analista de Gestão da Polícia Militar. Com as medidas propostas, os valores iniciais das tabelas de vencimento básico de todas as carreiras retro mencionadas serão equiparados com os das tabelas das carreiras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, considerando-se, para tal fim, os valores decorrentes do reajuste de que trata o art. 1º do anteprojeto.

O art. 9º do anteprojeto institui novas tabelas salariais para a carreira de Médico da FHEMIG, em decorrência do reajuste de 10% de que trata o art. 1º, somado à incorporação da Gratificação Complementar, que corresponde a 20,7% do valor do vencimento básico dos servidores.

O anteprojeto prevê, ainda, reajuste de 10% para os vencimentos dos cargos do Grupo de direção e Assessoramento da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e para os cargos integrantes do Quadro do Tesouro Estadual, bem como para a vantagem pessoal atribuída aos apostilados.

Todos os reajustes previstos no anteprojeto terão vigência a partir de 1º de maio de 2010 e seus efeitos se estendem aos servidores aposentados e pensionistas que fazem jus à paridade. Trata-se de medidas que beneficiam servidores de todas as categorias, promovendo a elevação dos valores das tabelas salariais em proporção condizente com a receita estadual.

Destaco que os valores de impacto financeiro decorrentes dos reajustes propostos foram aprovados pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, tendo em vista a disponibilidade financeira e orçamentária, bem como os limites de despesas determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

São essas, Senhor Governador, as razões fundamentais para a proposição do anteprojeto de lei em apreço, que ora submetemos à consideração de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão.

#### Projeto de lei nº 4387/2010

Reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências.

Art. 1º – Ficam reajustados em 10% (dez por cento), a partir de 1º de maio de 2010, os valores das tabelas de vencimento básico das seguintes carreiras do Poder Executivo:

I – carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica e Auxiliar de Serviços de Educação Básica de que tratam os itens I.1, I.2 e I.8 do Anexo I da Lei nº 15.784, de 27 de outubro de 2005, e os cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e Secretário de Escola, de que trata a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004;

II – carreiras de Professor de Educação Básica da Polícia Militar, Especialista em Educação Básica da Polícia Militar e Auxiliar Administrativo da Polícia Militar de que tratam os itens V.5, V.4 e V.I do Anexo V da Lei nº 15.784, de 2005, e o cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, de que trata a Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004;

III – carreiras de Professor de Educação Superior, Analista Universitário, Analista Universitário da Saúde, Técnico Universitário, Técnico Universitário da Saúde e Auxiliar Administrativo Universitário de que tratam os itens I.1, I.2, I.3, I.4 e I.5 do Anexo I da Lei nº 15.785, de 27 de outubro de 2005;

IV – carreiras de Auxiliar de Apoio à Gestão e Atenção à Saúde, Técnico de Gestão de Saúde, Técnico de Atenção à Saúde, Analista de Atenção à Saúde, Especialista em Políticas de Gestão de Saúde, Auxiliar de Apoio da Saúde, Técnico Operacional da Saúde, Analista de Gestão e Assistência à Saúde, Profissional de Enfermagem, Auxiliar de Hematologia e Hemoterapia, Assistente Técnico de Hematologia e Hemoterapia, Analista de Hematologia e Hemoterapia, Médico da Área de Hematologia e Hemoterapia, Auxiliar de Saúde e Tecnologia, Técnico de Saúde e Tecnologia, Analista e Pesquisador de Saúde e Tecnologia, Técnico em Educação e Pesquisa em Saúde, Analista em Educação e Pesquisa em Saúde de que tratam os itens I.1.1, I.1.2, I.1.3, I.1.4, I.1.5, I.2.1, I.2.2, I.2.3, I.2.4, I.3.1, I.3.2, I.3.3, I.3.4, I.4.1, I.4.2, I.4.3, I.5.1 e I.5.2 do Anexo I da Lei nº 15.786, de 27 de outubro de 2005;

V – carreiras de Auxiliar Executivo da Defesa Social, Assistente Executivo da Defesa Social, Analista Executivo da Defesa Social, Auxiliar Administrativo da Defensoria Pública, Assistente Administrativo da Defensoria Pública, Gestor da Defensoria Pública, Auxiliar da Polícia Civil, Técnico Assistente da Polícia Civil e Analista da Polícia Civil, de que tratam os itens I.1.1, I.1.2, I.1.3, I.2.1, I.2.2, I.2.3, I.3.1, I.3.2, I.3.3 do Anexo I da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005;

VI – carreiras de Auxiliar Operacional, Fiscal Assistente Agropecuário, Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária, Fiscal Agropecuário, Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária, Auxiliar de Desenvolvimento Rural, Técnico de Desenvolvimento Rural e Analista de Desenvolvimento Rural, de que tratam os itens II.1.1, II.1.2, II.1.3, II.1.4, II.2.1, II.2.2 e II.2.3 do Anexo II da Lei nº 15.961, de 2005;

VII – carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Auditor Interno, de que tratam os itens III.1 e III.2 do Anexo III da Lei nº 15.961, de 2005;

VIII – carreiras de Auxiliar Ambiental, Técnico Ambiental, Analista Ambiental e Gestor Ambiental de que tratam os itens IV.1.1, IV.1.2, IV.2.1 e

IV.3.1 do Anexo IV da Lei nº 15.961, de 2005;

IX – carreiras de Auxiliar de Seguridade Social, Técnico de Seguridade Social, Analista de Seguridade Social, Médico da Área de Seguridade Social, Auxiliar Geral de Seguridade Social, Assistente Técnico de Seguridade Social e Analista de Gestão de Seguridade Social de que tratam os itens V.1.1, V.1.2, V.1.3, V.1.4, V.2.1, V.2.2, V.2.3 do Anexo V da Lei nº 15.961, de 2005;

X – carreiras de Auxiliar em Atividades de Ciência e Tecnologia, Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia, Gestor em Ciência e Tecnologia e Pesquisador em Ciência e Tecnologia, de que tratam os itens VI.1.1, VI.1.2, VI.1.3 e VI.2.1 do Anexo VI da Lei nº 15.961, de 2005;

XI – carreiras de Auxiliar de Cultura, Técnico de Cultura, Professor de Arte e Restauro, Gestor de Cultura, Auxiliar de Gestão Artística, Técnico de Gestão Artística, Analista de Gestão Artística, Músico Instrumentista, Músico Cantor, Bailarino, Professor de Arte, Auxiliar de Gestão, Proteção e Restauro, Técnico de Gestão e Restauro e Analista de Gestão, Proteção e Restauro de que tratam os itens VII.1.1, VII.1.2, VII.1.3, VII.1.4, VII.2.1, VII.2.2, VII.2.3, VII.2.4, VII.2.5, VII.2.6, VII.2.7, VII.3.1, VII.3.2 e VII.3.3 do Anexo VII da Lei nº 15.961, de 2005;

XII – carreiras de Auxiliar de Serviços Operacionais, Assistente de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento, Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento, Professor de Ensino Médio e Tecnológico, Auxiliar de Atividades Operacionais, Auxiliar de Gestão, Metrologia e Qualidade, Agente Fiscal de Gestão, Metrologia e Qualidade, Analista de Gestão, Metrologia e Qualidade, Auxiliar de Gestão e Registro Empresarial, Técnico de Gestão e Registro Empresarial, Analista de Gestão e Registro Empresarial, Auxiliar de Gestão Lotérica, Técnico de Gestão Lotérica, Analista de Gestão Lotérica, Auxiliar Administrativo de Telecomunicações, Assistente Administrativo de Telecomunicações, Gestor de Telecomunicações, Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, Analista de Desenvolvimento Econômico e Social, Auxiliar de Administração de Estádios, Assistente de Administração de Estádios e Analista de Administração de Estádios, de que tratam os itens VIII.1.1, VIII.1.2, VIII.1.3, VIII.2.1, VIII.3.1, VIII.3.2, VIII.3.3, VIII.3.4, VIII.4.1, VIII.4.2, VIII.4.3, VIII.5.1, VIII.5.2, VIII.5.3, VIII.6.1, VIII.6.2, VIII.6.3, VIII.7.1, VIII.7.2, VIII.7.3, VIII.8.1, VIII.8.2 e VIII.8.3 do Anexo VIII da Lei nº 15.961, de 2005;

XIII – carreiras de Auxiliar de Transportes e Obras Públicas, Agente de Transportes e Obras Públicas, Fiscal Assistente de Transportes e Obras Públicas, Fiscal de Transportes e Obras Públicas e Gestor de Transportes e Obras Públicas, de que tratam os itens IX.1.1, IX.1.2, IX.1.3, IX.1.4 e IX.1.5 do Anexo IX da Lei nº 15.961, de 2005;

XIV – carreiras de Oficial de Serviços Operacionais, Auxiliar de Serviços Governamentais, Agente Governamental, Gestor Governamental, Auxiliar da Indústria Gráfica, Auxiliar de Administração Geral, Técnico da Indústria Gráfica, Técnico de Administração Geral, Analista de Gestão, Técnico de Aeronave do Gabinete Militar e Comandante de Aeronave do Gabinete Militar do Governador, de que tratam os itens X.1.1, X.1.2, X.2.1, X.2.2, X.3.1, X.3.2, X.3.3, X.3.4, X.3.5, X.4.1 e X.4.2 do Anexo X da Lei nº 15.961, de 2005;

XV – carreiras de Auditor Fiscal da Receita Estadual e Gestor Fazendário de que tratam os itens I.1 e I.2 do Anexo I da Lei nº 16.190, de 22 de junho de 2006; e

XVI – carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e Analista Fazendário de Administração e Finanças de que tratam os itens II.1 e II.2 do Anexo II da Lei nº 16.190, de 2006.

Parágrafo único – O reajuste previsto no "caput" deste artigo não será deduzido do valor da Vantagem Temporária Incorporável - VTI, instituída pela Lei nº 15.787, de 27 de outubro de 2005.

Art. 2º – Ficam reajustados em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de maio de 2010:

I – a remuneração básica dos postos e graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

II – o vencimento básico dos cargos integrantes do Quadro Específico de Provedimento Efetivo da Polícia Civil;

III – o vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, criada pela Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003;

IV – o vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, a que se refere o art. 6º da Lei nº 13.720, de 27 de setembro de 2000; e

V – o vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Sócio-educativo, instituída pela Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004.

Art. 3º – O piso remuneratório a que se refere o art. 4º da Lei nº 17.006, de 25 de setembro de 2007, passa a ser de R\$ 935,00 (novecentos e trinta e cinco reais), partir de 1º de maio de 2010, observado o disposto nos §§ 1º a 8º do art. 4º e no art. 5º da referida Lei.

Art. 4º – A estrutura das carreiras de Assistente Técnico de Educação Básica, Assistente Técnico Educacional e Assistente de Educação, constante nos itens I.4, I.5 e I.7 do Anexo I da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

Parágrafo único – Fica suspensa pelo período de dois anos contados a partir da data de publicação desta lei a exigência de comprovação de certificações para fins de reposicionamento por tempo de serviço e promoção aos níveis II e III das carreiras de que trata o "caput".

Art. 5º – O inciso IV do art. 12 da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 – (...)

IV – para a carreira de Assistente Técnico de Educação Básica, formação de nível médio técnico, para ingresso no nível I;"

Art. 6º – A estrutura da carreira de Assistente Administrativo da Polícia Militar, constante no item I.3 do Anexo I da Lei nº 15.301, de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo II desta lei.

Art. 7º – As tabelas de vencimento básico das carreiras de Analista Educacional, Analista de Educação Básica, Assistente Técnico Educacional, Assistente Técnico de Educação Básica e Assistente de Educação, constantes nos itens I.3, I.4, I.5, I.6, I.7 do Anexo I da Lei nº 15.784, de 2005, passam a vigorar, a partir de 1º de maio de 2010, na forma do Anexo III desta lei.

§ 1º – Dos valores da VTI, a que se refere a Lei nº 15.787, de 2005, percebidos pelos servidores das carreiras de que trata o "caput", será deduzido, no todo ou em parte, o acréscimo ao vencimento básico decorrente da aplicação das tabelas de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º – Quando a dedução a que se refere o § 1º atingir o valor integral da VTI, o servidor deixará de percebê-la.

Art. 8º – As tabelas de vencimento básico das carreiras de Assistente Administrativo da Polícia Militar e Analista de Gestão da Polícia Militar, constantes nos itens V.2 e V.3 do Anexo V da Lei nº 15.784, de 2005, passam a vigorar, a partir de 1º de maio de 2010, na forma do Anexo IV desta lei.

§ 1º – Dos valores da VTI, a que se refere a Lei nº 15.787, de 2005, percebidos pelos servidores das carreiras de que trata o "caput", será deduzido, no todo ou em parte, o acréscimo ao vencimento básico decorrente da aplicação das tabelas de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º – Quando a dedução a que se refere o § 1º atingir o valor integral da VTI, o servidor deixará de percebê-la.

Art. 9º – As tabelas de vencimento básico da carreira de Médico, de que trata o inciso X do art. 1º da Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005, constantes no Anexo I da Lei nº 15.786, de 2005, passam a vigorar, a partir de 1º de maio de 2010, na forma do Anexo V desta lei.

§ 1º – O acréscimo ao vencimento básico decorrente da aplicação da tabela a que se refere o "caput" deste artigo resulta de reajuste de 10% e da incorporação total da Gratificação Complementar - GC, de que trata o art. 1º da Lei Delegada nº 44, de 12 de julho 2000, alterado pelo art. 1º da Lei Delegada nº 46 de 28 de julho de 2000, para a carreira de Médico.

§ 2º – Em decorrência do disposto no § 1º, fica extinta, a partir de 1º de maio de 2010, a Gratificação Complementar - GC, para a carreira de Médico.

§ 3º – O disposto no "caput" aplica-se aos servidores inativos que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição da República, e aos detentores de função pública a que se refere a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990.

Art. 10 – O abono de serviços de emergência de que trata o art. 21 da Lei nº 15.786, de 2005, e o art. 33 da Lei nº 17.618, de 7 de julho de 2008, terá como limite, para fins de escalonamento em decreto específico, o maior valor estabelecido no Anexo V do Decreto nº 37.118, de 28 de julho de 1995, acrescido pelo Decreto nº 44.983, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 11 – Ficam reajustados em 32,77% (trinta e dois vírgula setenta e sete por cento), a partir de 1º de maio de 2010, os valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Médico celebrados com a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, com base na legislação em vigor.

Art. 12 – O disposto nos arts. 1º, 2º, 3º, 7º e 8º desta lei aplica-se, a partir de 1º de maio de 2010:

I – aos servidores inativos que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição da República;

II – aos detentores de função pública a que se refere a Lei nº 10.254, de 1990, e o § 3º do art. 10 da Lei nº 15.784, de 2005; e

III – aos valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços para exercício de atribuições das carreiras a que se referem os artigos citados no "caput".

Parágrafo único – Para os fins do disposto no art. 11 e no inciso III do "caput", fica dispensada a celebração de termo aditivo aos contratos vigentes na data de publicação desta lei.

Art. 13 – Ficam reajustados em 10% (dez por cento), a partir de 1º de maio de 2010, os valores dos:

I – vencimentos específicos dos cargos do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta do Poder Executivo, passando o Anexo I da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, a vigorar na forma do Anexo VI;

II – vencimentos específicos dos cargos do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, passando o Anexo I da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, a vigorar na forma do Anexo VII; e

III – vencimentos dos cargos integrantes do Quadro do Tesouro Estadual, a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei Delegada nº 174, de 2007, passando o Anexo IX da mesma Lei Delegada a vigorar na forma do Anexo VIII.

Parágrafo único – O reajuste de que trata o "caput" aplica-se à vantagem pessoal a que se refere o § 4º do art. 1º da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003.

Art. 14 – Fica incluída a classe de cargo de Cartógrafo na coluna "Classe" da Tabela IV.2 do Anexo IV da Lei nº 15.470, de 13 de janeiro de 2005, na linha de correlação correspondente à carreira de Gestor Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Art. 15 – Fica reajustado em 10% (dez por cento), a partir de 1º de maio de 2010, o valor do vencimento básico do cargo de provimento em comissão de Capelão, código EX-12, a que se refere o Anexo VIII da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007.

Art. 16 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 – Ficam revogados:

I – o parágrafo único do art. 47 da Lei nº 15.784, de 27 de outubro de 2005;

II – os itens II.1.3, II.1.4, II.1.5, II.2.3, e II.2.5 do Anexo II da Lei nº 15.784, de 27 de outubro de 2005;

V – o parágrafo único do art. 16 da Lei nº 15.786, de 27 de outubro de 2005.

(a que se refere o art. 4º da Lei nº , de de de 2010)

(a que se referem os arts. 1º, 37, 38 e 42 da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004)

Carga horária semanal de trabalho: 30 ou 40 horas

## I.5 – ESTRUTURA DA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL

Carga horária semanal de trabalho: 30 ou 40 horas

### I.7 – ESTRUTURA DA CARREIRA DE ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO

Carga horária semanal de trabalho: 30 ou 40 horas

go	Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau
----	-------	-----------------------	------------	------

				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N
nte de ação E)	I	Ensino médio	1.171	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IL	IM	IN
	II	Ensino médio acumulado com uma certificação		IIA	IIB	IIC	IID	IIE	IIF	IIG	IIH	III	IIJ	IIL	IIM	IIN
	III	Ensino médio acumulado com duas certificações		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIL	IIIM	IIIN
	IV	Ensino superior		IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ	IVL	IVM	IVN
	V	Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VL	VM	VN

ANEXO II

(a que se refere o art. 6º da Lei nº , de de de 2010)

"ANEXO I

(a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004)

I.3 – Estrutura das carreiras administrativas e de educação pertencentes ao Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Carreira de Assistente Administrativo da Polícia Militar

Carga horária de trabalho: 30 horas semanais

rgo	Nível	Nível de escolaridade	Quantidade	Grau												
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N
stente strativo ia Militar	I	Intermediário	234	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IL	IM	IN
	II			IIA	IIB	IIC	IID	IIE	IIF	IIG	IIH	III	IIJ	IIL	IIM	IIN
	III			IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIL	IIIM	IIIN
	IV	Superior		IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ	IVL	IVM	IVN
	V	Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VL	VM	VN

ANEXO III

(a que se refere o art. 7º da Lei nº , de de de 2010)

"ANEXO I

(a que se referem os arts. 1º e 14 da Lei nº 15.784, de 27 de outubro de 2005)

I.3 – Tabelas de Vencimento Básico da Carreira de Analista Educacional

I.3.1 – Carga Horária: 30 horas

Nível	Grau												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N
I	866,25	892,24	919,00	946,57	974,97	1.004,22	1.034,35	1.065,38	1.097,34	1.130,26	1.164,17	1.199,09	1.235

I	1.056,83	1.088,53	1.121,19	1.154,82	1.189,47	1.225,15	1.261,90	1.299,76	1.338,75	1.378,92	1.420,28	1.462,89	1.506,78
II	1.289,33	1.328,01	1.367,85	1.408,88	1.451,15	1.494,68	1.539,52	1.585,71	1.633,28	1.682,28	1.732,75	1.784,73	1.838,27
V	1.572,98	1.620,17	1.668,77	1.718,84	1.770,40	1.823,51	1.878,22	1.934,56	1.992,60	2.052,38	2.113,95	2.177,37	2.242,69

I.3.2 – Carga Horária: 40 horas

e	Nível	Grau													
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	
	I	1.386,00	1.427,58	1.470,41	1.514,52	1.559,96	1.606,75	1.654,96	1.704,61	1.755,74	1.808,42	1.862,67	1.918,55	1.976,10	
m o a	II	1.690,92	1.741,65	1.793,90	1.847,71	1.903,15	1.960,24	2.019,05	2.079,62	2.142,01	2.206,27	2.272,46	2.340,63	2.410,85	
m	III	2.062,92	2.124,81	2.188,55	2.254,21	2.321,84	2.391,49	2.463,24	2.537,13	2.613,25	2.691,65	2.772,40	2.855,57	2.941,23	
m	IV	2.516,77	2.592,27	2.670,04	2.750,14	2.832,64	2.917,62	3.005,15	3.095,30	3.188,16	3.283,81	3.382,32	3.483,79	3.588,31	

I.4 – Tabelas de Vencimento Básico da Carreira de Analista de Educação Básica

I.4.1 – Carga horária: 30 horas

e	Nível	Grau													
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	
	I	866,25	892,24	919,00	946,57	974,97	1.004,22	1.034,35	1.065,38	1.097,34	1.130,26	1.164,17	1.199,09	1.235,07	
m o na	II	1.056,83	1.088,53	1.121,19	1.154,82	1.189,47	1.225,15	1.261,90	1.299,76	1.338,75	1.378,92	1.420,28	1.462,89	1.506,78	
m	III	1.289,33	1.328,01	1.367,85	1.408,88	1.451,15	1.494,68	1.539,52	1.585,71	1.633,28	1.682,28	1.732,75	1.784,73	1.838,27	
m	IV	1.572,98	1.620,17	1.668,77	1.718,84	1.770,40	1.823,51	1.878,22	1.934,56	1.992,60	2.052,38	2.113,95	2.177,37	2.242,69	

I.4.2 – Carga horária: 40 horas



	Nível	Grau														
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N		
	I	1.386,00	1.427,58	1.470,41	1.514,52	1.559,96	1.606,75	1.654,96	1.704,61	1.755,74	1.808,42	1.862,67	1.918,55	1.976,10		
m O a	II	1.690,92	1.741,65	1.793,90	1.847,71	1.903,15	1.960,24	2.019,05	2.079,62	2.142,01	2.206,27	2.272,46	2.340,63	2.410,85		
m	III	2.062,92	2.124,81	2.188,55	2.254,21	2.321,84	2.391,49	2.463,24	2.537,13	2.613,25	2.691,65	2.772,40	2.855,57	2.941,23		
m	IV	2.516,77	2.592,27	2.670,04	2.750,14	2.832,64	2.917,62	3.005,15	3.095,30	3.188,16	3.283,81	3.382,32	3.483,79	3.588,31		

1.5 – Tabelas de Vencimento Básico da Carreira de Assistente Técnico Educacional

1.5.1 – Carga horária: 30 horas

	Nível	Grau														
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N		
	I	577,50	594,83	612,67	631,05	649,98	669,48	689,57	710,25	731,56	753,51	776,11	799,40	823,38		
m ão	II	704,55	725,69	747,46	769,88	792,98	816,77	841,27	866,51	892,50	919,28	946,86	975,26	1.004,52		
m	III	859,55	885,34	911,90	939,25	967,43	996,46	1.026,35	1.057,14	1.088,85	1.121,52	1.155,16	1.189,82	1.225,51		
r	IV	1.048,65	1.080,11	1.112,52	1.145,89	1.180,27	1.215,68	1.252,15	1.289,71	1.328,40	1.368,25	1.409,30	1.451,58	1.495,13		
y u	V	1.279,36	1.317,74	1.357,27	1.397,99	1.439,93	1.483,12	1.527,62	1.573,45	1.620,65	1.669,27	1.719,35	1.770,93	1.824,06		

1.5.2 – Carga horária: 40 horas

	Nível	Grau														
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N		
	I	762,30	785,17	808,72	832,99	857,98	883,71	910,23	937,53	965,66	994,63	1.024,47	1.055,20	1.086,86		
m ão	II	930,01	957,91	986,64	1.016,24	1.046,73	1.078,13	1.110,48	1.143,79	1.178,10	1.213,45	1.249,85	1.287,35	1.325,97		
m	III	1.134,61	1.168,65	1.203,70	1.239,82	1.277,01	1.315,32	1.354,78	1.395,42	1.437,29	1.480,41	1.524,82	1.570,56	1.617,68		

r	IV	1.384,22	1.425,75	1.468,52	1.512,58	1.557,95	1.604,69	1.652,83	1.702,42	1.753,49	1.806,09	1.860,28	1.916,09	1.973,57
u	V	1.688,75	1.739,41	1.791,59	1.845,34	1.900,70	1.957,72	2.016,46	2.076,95	2.139,26	2.203,44	2.269,54	2.337,62	2.407,75

I.6 – Tabelas de Vencimento Básico da Carreira de Assistente Técnico de Educação Básica

I.6.1 – Carga horária: 30 horas

Nível	Grau													
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	
I	577,50	594,83	612,67	631,05	649,98	669,48	689,57	710,25	731,56	753,51	776,11	799,40	823,38	
II	704,55	725,69	747,46	769,88	792,98	816,77	841,27	866,51	892,50	919,28	946,86	975,26	1.004,52	
III	859,55	885,34	911,90	939,25	967,43	996,46	1.026,35	1.057,14	1.088,85	1.121,52	1.155,16	1.189,82	1.225,51	
IV	1.048,65	1.080,11	1.112,52	1.145,89	1.180,27	1.215,68	1.252,15	1.289,71	1.328,40	1.368,25	1.409,30	1.451,58	1.495,13	
V	1.279,36	1.317,74	1.357,27	1.397,99	1.439,93	1.483,12	1.527,62	1.573,45	1.620,65	1.669,27	1.719,35	1.770,93	1.824,06	

I.6.2 – Carga horária: 40 horas

Nível	Grau													
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	
I	762,30	785,17	808,72	832,99	857,98	883,71	910,23	937,53	965,66	994,63	1.024,47	1.055,20	1.086,86	
II	930,01	957,91	986,64	1.016,24	1.046,73	1.078,13	1.110,48	1.143,79	1.178,10	1.213,45	1.249,85	1.287,35	1.325,97	
III	1.134,61	1.168,65	1.203,70	1.239,82	1.277,01	1.315,32	1.354,78	1.395,42	1.437,29	1.480,41	1.524,82	1.570,56	1.617,68	
IV	1.384,22	1.425,75	1.468,52	1.512,58	1.557,95	1.604,69	1.652,83	1.702,42	1.753,49	1.806,09	1.860,28	1.916,09	1.973,57	
V	1.688,75	1.739,41	1.791,59	1.845,34	1.900,70	1.957,72	2.016,46	2.076,95	2.139,26	2.203,44	2.269,54	2.337,62	2.407,75	

I.7 – Tabelas de Vencimento Básico da Carreira de Assistente de Educação

I.7.1 – Carga horária: 30 horas

	Nível	Grau														
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N		
	I	577,50	594,83	612,67	631,05	649,98	669,48	689,57	710,25	731,56	753,51	776,11	799,40	823,38		
m ão	II	704,55	725,69	747,46	769,88	792,98	816,77	841,27	866,51	892,50	919,28	946,86	975,26	1.004,52		
m	III	859,55	885,34	911,90	939,25	967,43	996,46	1.026,35	1.057,14	1.088,85	1.121,52	1.155,16	1.189,82	1.225,51		
r	IV	1.048,65	1.080,11	1.112,52	1.145,89	1.180,27	1.215,68	1.252,15	1.289,71	1.328,40	1.368,25	1.409,30	1.451,58	1.495,13		
y u	V	1.279,36	1.317,74	1.357,27	1.397,99	1.439,93	1.483,12	1.527,62	1.573,45	1.620,65	1.669,27	1.719,35	1.770,93	1.824,06		

I.7.2 – Carga horária: 40 horas

	Nível	Grau														
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N		
	I	762,30	785,17	808,72	832,99	857,98	883,71	910,23	937,53	965,66	994,63	1.024,47	1.055,20	1.086,86		
m ão	II	930,01	957,91	986,64	1.016,24	1.046,73	1.078,13	1.110,48	1.143,79	1.178,10	1.213,45	1.249,85	1.287,35	1.325,97		
m	III	1.134,61	1.168,65	1.203,70	1.239,82	1.277,01	1.315,32	1.354,78	1.395,42	1.437,29	1.480,41	1.524,82	1.570,56	1.617,68		
r	IV	1.384,22	1.425,75	1.468,52	1.512,58	1.557,95	1.604,69	1.652,83	1.702,42	1.753,49	1.806,09	1.860,28	1.916,09	1.973,57		
y u	V	1.688,75	1.739,41	1.791,59	1.845,34	1.900,70	1.957,72	2.016,46	2.076,95	2.139,26	2.203,44	2.269,54	2.337,62	2.407,75		

ANEXO IV

(a que se refere o art. 8º da Lei nº , de de de 2010)

"ANEXO V

(a que se refere o art. 1º da Lei nº 15.784, de 27 de outubro de 2005)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

V.2 – Tabela de Vencimento Básico da Carreira de Assistente Administrativo da Polícia Militar

Carga horária: 30 horas

	Nível	Grau														
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N		
	I	577,50	594,83	612,67	631,05	649,98	669,48	689,57	710,25	731,56	753,51	776,11	799,40	823,38		

	II	704,55	725,69	747,46	769,88	792,98	816,77	841,27	866,51	892,50	919,28	946,86	975,26	1.004,52	
	III	859,55	885,34	911,90	939,25	967,43	996,46	1.026,35	1.057,14	1.088,85	1.121,52	1.155,16	1.189,82	1.225,51	
	IV	1.048,65	1.080,11	1.112,52	1.145,89	1.180,27	1.215,68	1.252,15	1.289,71	1.328,40	1.368,25	1.409,30	1.451,58	1.495,13	
	V	1.279,36	1.317,74	1.357,27	1.397,99	1.439,93	1.483,12	1.527,62	1.573,45	1.620,65	1.669,27	1.719,35	1.770,93	1.824,06	

V.3 – Tabela de Vencimento Básico da Carreira de Analista de Gestão da Polícia Militar

Carga horária: 30 horas

	Nível	Grau													
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	
	I	866,25	892,24	919,00	946,57	974,97	1.004,22	1.034,35	1.065,38	1.097,34	1.130,26	1.164,17	1.199,09	1.235,07	
	II	1.056,83	1.088,53	1.121,19	1.154,82	1.189,47	1.225,15	1.261,90	1.299,76	1.338,75	1.378,92	1.420,28	1.462,89	1.506,78	
	III	1.289,33	1.328,01	1.367,85	1.408,88	1.451,15	1.494,68	1.539,52	1.585,71	1.633,28	1.682,28	1.732,75	1.784,73	1.838,27	
	IV	1.572,98	1.620,17	1.668,77	1.718,84	1.770,40	1.823,51	1.878,22	1.934,56	1.992,60	2.052,38	2.113,95	2.177,37	2.242,69	

ANEXO V

(a que se refere o art. 9º da Lei nº , de de de 2010)

"ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Lei nº 15.786, de 27 de outubro de 2005)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES DAS CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE SAÚDE

1.2 – Tabelas de Vencimento das Carreiras da Fhemig

1.2.5 – Médico

Carga horária: 12 horas

Nível de Escolaridade	Nível	Grau									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Superior	I	1.086,99	1.119,60	1.153,19	1.187,78	1.223,41	1.260,12	1.297,92	1.336,86	1.376,96	1.418,27
Superior	II	1.326,13	1.365,91	1.406,89	1.449,09	1.492,57	1.537,34	1.583,46	1.630,97	1.679,90	1.730,29
Superior/Residência Médica	III	1.617,87	1.666,41	1.716,40	1.767,89	1.820,93	1.875,56	1.931,82	1.989,78	2.049,47	2.110,96
Residência	IV	1.973,80	2.033,02	2.094,01	2.156,83	2.221,53	2.288,18	2.356,83	2.427,53	2.500,36	2.575,37

Médica											
"Lato/Stricto sensu"	V	2.467,26	2.541,27	2.617,51	2.696,04	2.776,92	2.860,23	2.946,03	3.034,41	3.125,45	3.219,91

Carga horária: 24 horas

Nível de Escolaridade	Nível	Grau									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Superior	I	2.173,96	2.239,18	2.306,36	2.375,55	2.446,81	2.520,22	2.595,83	2.673,70	2.753,91	2.836,53
Superior	II	2.652,23	2.731,80	2.813,76	2.898,17	2.985,11	3.074,67	3.166,91	3.261,91	3.359,77	3.460,56
Superior/Res. Médica	III	3.235,73	3.332,80	3.432,78	3.535,77	3.641,84	3.751,09	3.863,63	3.979,53	4.098,92	4.221,89
Residência Médica	IV	3.947,59	4.066,01	4.187,99	4.313,63	4.443,04	4.576,33	4.713,62	4.855,03	5.000,68	5.150,70
"Lato/Stricto sensu"	V	4.934,48	5.082,52	5.234,99	5.392,04	5.553,80	5.720,42	5.892,03	6.068,79	6.250,85	6.438,38"

#### ANEXO VI

(a que se refere o art. 13 da Lei nº , de de de 2010)

#### "ANEXO I

(a que se referem os "caputs" dos arts. 1º e 2º, o § 6º do art. 3º e o inciso III do § 1º do art. 16 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007)

#### CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO GRUPO DE DIREÇÃO e ACESSORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

Espécie/nível	Valor (em R\$)	DAD-unitário
DAD-1	660,00	1,00
DAD-2	990,00	1,50
DAD-3	1.485,00	2,25
DAD-4	2.310,00	3,50
DAD-5	2.640,00	4,00
DAD-6	3.300,00	5,00
DAD-7	4.455,00	6,75
DAD-8	5.610,00	8,50
DAD-9	6.600,00	10,00
DAD-10	7.700,00	11,66"

#### ANEXO VII

(a que se refere o art. 13 da Lei nº , de de de 2010)

"ANEXO I

(a que se referem o art. 2º, o § 6º do art. 3º e o art. 21 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007)

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO GRUPO DE DIREÇÃO E APOIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA E FUNCIONAL DO PODER EXECUTIVO

Espécie/nível	Valor (em R\$)	DAI-unitário
DAI-1	550,00	1,00
DAI-2	660,00	1,20
DAI-3	770,00	1,40
DAI-4	880,00	1,60
DAI-5	990,00	1,80
DAI-6	1.100,00	2,00
DAI-7	1.210,00	2,20
DAI-8	1.320,00	2,40
DAI-9	1.430,00	2,60
DAI-10	1.540,00	2,80
DAI-11	1.650,00	3,00
DAI-12	1.760,00	3,20
DAI-13	1.870,00	3,40
DAI-14	1.980,00	3,60
DAI-15	2.090,00	3,80
DAI-16	2.200,00	4,00
DAI-17	2.310,00	4,20
DAI-18	2.530,00	4,60
DAI-19	2.750,00	5,00
DAI-20	3.300,00	6,00
DAI-21	3.630,00	6,60
DAI-22	3.850,00	7,00
DAI-23	4.180,00	7,60
DAI-24	4.400,00	8,00

DAI-25	4.730,00	8,60
DAI-26	5.500,00	10,00
DAI-27	6.600,00	12,00
DAI-28	7.700,00	14,00"

ANEXO VIII

(a que se refere o art. 13 da Lei nº , de de de 2010)

"ANEXO IX

(a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007)

QUADRO DE CARGOS DO TESOUREO ESTADUAL

Denominação	Código	Símbolo	Quantitativo	Vencimento (R\$)	Gratificação Especial (R\$)	Remuneração (R\$)
Diretor Superintendente do Tesouro	DST-01	TE-01	3	5.486,29	3.325,02	8.811,31
Diretor Central	DCT-02	TE-02	8	5.229,10	3.169,15	8.398,25
Diretor do Tesouro	DT-03	TE-04	3	2.622,55	1.589,42	4.211,97
Assessor do Tesouro I	ASTE-01	TE-02	6	5.229,10	3.169,15	8.398,25
Assessor do Tesouro II	ASTE-02	TE-03	4	4.297,79	2.604,73	6.902,52
Assessor do Tesouro III	AST2-03	TE-04	2	2.622,55	1.589,42	4.211,97"

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 485/2010\*

Belo Horizonte, 22 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

No exercício da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, projeto de lei que institui a prorrogação, por sessenta dias, da licença-maternidade, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

A proposta, que beneficia servidoras lotadas ou em exercício nos órgãos e entidades mencionados na ementa, possibilitará a presença materna nos primeiros seis meses de vida da criança, com benefícios qualitativos a médio e longo prazo no seu desenvolvimento, para a família, a sociedade e o Estado.

Por entendê-la relevante e para melhor compreensão do conteúdo do projeto faço anexar a Exposição de Motivos da Secretária de Planejamento e Gestão.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à consideração dos seus Nobres Pares o presente projeto de lei.

Aécio Neves, Governador do Estado.

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei que institui a prorrogação por sessenta dias da Licença à Servidora pública Gestante e à Adotante da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

A relevância desta norma se pauta na comprovada importância da presença da mãe durante os seis primeiros meses de vida da criança, pois a amamentação e os cuidados maternos nesses primeiros meses de vida da criança representam relevante diferencial para o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo, o que resulta em benefícios qualitativos, em médio e longo prazos, para a família, a sociedade e o Estado, indo ao encontro do direito social de proteção à maternidade e à infância, nos termos do art. 6º da Constituição Federal.

Não haverá neste projeto impacto orçamentário financeiro, porquanto o valor correspondente à licença continuará será pago em substituição à remuneração já prevista para a servidora licenciada.

Ademais, tanto a União como vários entes federados já adotaram essa prorrogação para as respectivas servidoras públicas.

Essas as razões de relevância social que me levam a apresentar-lhe o presente anteprojeto de lei.

Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão.

#### Projeto de lei nº 4.388/2010

Institui a prorrogação, por sessenta dias, da licença-maternidade, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, a prorrogação, por sessenta dias, da licença-maternidade.

Art. 2º - Serão beneficiadas pela prorrogação da licença-maternidade as servidoras públicas lotadas ou em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

§ 1º - A prorrogação será automática e concedida à servidora pública que requeira a licença-maternidade prevista no art. 17 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002.

§ 2º - O início da prorrogação a que se refere o § 1º dar-se-á no dia subsequente ao do término da vigência da licença-maternidade.

§ 3º - A prorrogação do benefício a que fazem jus as servidoras públicas mencionadas no "caput" será igualmente garantida à servidora adotante ou detentora de guarda judicial para fins de adoção de criança, na seguinte proporção:

I – sessenta dias, no caso de criança de até um ano de idade;

II – trinta dias, no caso de criança de mais de um e menos de quatro anos de idade; e

III – quinze dias, no caso de criança de quatro a oito anos de idade.

§ 4º - A prorrogação da licença de que trata este artigo será custeada com recursos do Tesouro Estadual.

Art. 3º - A servidora em gozo de licença-maternidade na data da publicação desta lei fará jus à sua prorrogação, desde que requerida antes do término da mencionada licença.

§ 1º - Após o término do período de cento e vinte dias da licença-maternidade, a servidora poderá requerer novo afastamento pelo período faltante para completar cento e oitenta dias, contados da data da concessão da referida licença.

§ 2º - O novo afastamento de que trata o § 1º deverá ser requerido antes de se completarem cento e oitenta dias, contados da data da concessão da licença-maternidade.

Art. 4º - Em caso de falecimento da criança cessará imediatamente o direito à prorrogação previsto nesta lei.

Art. 5º - O disposto nesta lei se aplica à militar, conforme previsto no art. 2º da Lei Complementar nº 109, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

"Ofício nº 11/2010"

Belo Horizonte, 12 de março de 2010.

Senhor Presidente:

Nos termos do disposto no art. 66, inciso IV, alínea "a", da Constituição do Estado de Minas Gerais, encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, projeto de lei destinado a estabelecer a data-base para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário deste Estado, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.



Sérgio Antônio de Resende, Presidente.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.389/2010

Dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica fixada em 1º de maio a data-base para revisão dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.390/2010

Altera o valor do índice básico dos vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O valor do índice básico utilizado para o cálculo dos vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa, previsto no art. 5º da Lei nº 16.833, de 20 de julho de 2007, passa a ser de R\$419,13 (quatrocentos e dezenove reais e treze centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de recursos orçamentários da Assembleia Legislativa.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2010.

Mesa da Assembleia

Justificação: Apresentamos este projeto com o objetivo de dar continuidade às ações de manter esta Assembleia Legislativa em posição de vanguarda política no País, com um quadro de pessoal cada vez mais capacitado tecnicamente para atender às demandas que se apresentam em virtude das constantes mudanças que ocorrem na sociedade e das expectativas da população em relação a uma atuação parlamentar cada vez mais efetiva.

Vislumbramos agora a oportunidade de encaminhar esta proposição, que tem por finalidade recompor perdas do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores da Casa, diante da constatação de que o nosso país e, em particular o Estado de Minas Gerais, apresenta sinais claros de retomada do crescimento econômico, que foi interrompido pelos efeitos da crise mundial em 2009. Conforme pode ser constatado por meio da análise das informações constantes no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, disponível na página eletrônica do Poder Executivo ([www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br)), verifica-se um crescimento da arrecadação do Estado.

Registre-se também que, na oportunidade, vários órgãos públicos estão promovendo a revisão da remuneração de seus servidores.

Some-se a isso o fato de que a Assembleia Legislativa vem cumprindo rigorosamente os comandos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Segundo dispõe o art. 20 dessa lei, as despesas da ALMG com pessoal não podem ultrapassar 2,2272% do valor da Receita Corrente Líquida - RCL - do Estado. E, conforme se pode verificar no Demonstrativo da Despesa de Pessoal relativo ao período de janeiro a dezembro de 2009, o gasto da Secretaria da Assembleia Legislativa na área de pessoal, sem a dedução de inativos e pensionistas, foi de 1,5511% em relação à RCL. Observe-se que esse índice está muito abaixo até mesmo do limite prudencial, que é de 2,1158%.

Como se vê, houve um esforço do Legislativo estadual para se enquadrar nas normas que determinam a eficiência em relação à gestão fiscal. Por essa razão, pode agora promover a recomposição da remuneração de seus servidores em virtude de perdas do poder aquisitivo da moeda frente à inflação, em consonância com a Constituição Federal, que assegura, no art. 37, X, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

Saliente-se, portanto, que o projeto que ora apresentamos não veicula aumento real de salário, mas recomposição dos valores remuneratórios em virtude de inflação acumulada em exercícios anteriores, de modo a buscar a manutenção do poder de compra dos servidores, e em reconhecimento a seu comprometimento e participação para atingir as metas institucionais traçadas para o Poder Legislativo.

Com fundamento nas razões expostas, solicitamos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 79, inciso VIII, alínea "a" do Regimento Interno.

Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução Nº 3.793/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 3.793/2009, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º

do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE Resolução Nº 3.793/2009

Ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte da indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios fiscais concedidos pelos Estados do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 4.533, de 4 de abril de 2005, alterada pela Lei nº 5.229, de 29 de abril de 2008; de Goiás, por meio do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997; do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 1.176-R, de 30 de julho de 2003; e da Bahia, por meio do Decreto nº 10.710, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

##### Discursos Proferidos em 18/3/2010

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Deputados; Deputada Gláucia Brandão; telespectadores da TV Assembleia; cidadãos e cidadãs de Minas que acompanham esta reunião da Assembleia, boa-tarde.

Sr. Presidente, já há alguns dias gostaria de ter vindo a esta tribuna para comentar o périplo do Presidente Lula pelo mundo. O Presidente e o seu partido, o PT, sempre fizeram uma crítica muito forte ao PSDB e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pelas suas viagens. Mas o Presidente Lula ganha disparado em relação a isso, pois gosta de viajar. Até comprou um avião novíssimo por US\$169.000.000,00, um Airbus, para viajar pelo mundo. Aposentou o "Sucatão", em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso viajava. O Lula gosta de viajar naquele avião bonito e leva um time forte para as suas viagens. Mas não quero entrar nesses detalhes, pois a população brasileira tem visto os gastos impressionantes desse governo, que, às vezes, não têm muito sentido.

Outro dia foi a posse do Presidente do Chile, num momento de muita dor por que passava esse país. Como o Presidente do Chile é de centro-direita, o nosso Presidente nem sequer foi ao Chile para participar da posse do novo Presidente chileno. Mas o nosso Presidente foi a Cuba - aliás, essa é uma viagem que ele gosta de fazer -, para encontrar com os seus companheiros. Os companheiros dele lá são apenas um lado, o lado daqueles que construíram aquele paredão em Cuba para matar os que não concordam com o regime adotado pelos irmãos Castro, Fidel e Raul Castro.

Estava o Presidente justamente num momento em que um dos dissidentes, alguém de oposição ao regime de Cuba, regime do paredão, que já matou tantas pessoas contrárias a ele na ilha, morreu. Conversava com um médico e perguntava-lhe como Zapata, opositor ao regime de Cuba, resistiu 85 dias de greve de fome. Após esse período, desfeleceu. A sua morte começa a desencadear a luta por algumas coisas que conhecemos na história, que é pródiga em mostrar, nesses momentos, aquilo que as pessoas sentem, algo que Deus nos deu, que é o mais fundamental para o ser humano, a liberdade, sem a qual não se tem alegria, não se tem vida. É essa falta de liberdade que os regimes ditatoriais do comunismo empregaram no mundo.

Tive oportunidade, como atleta, de ir até a Cortina de Ferro e ver o sofrimento daquele povo por falta de liberdade. Foi-lhe tirado o direito de ir e vir, de atravessar uma fronteira. As pessoas não suportaram a dureza daquele regime na ex-União Soviética. Agora também vemos alguns cubanos se atirarem ao mar em cima de carcaça de automóvel, buscando a liberdade, o poder pensar, o poder falar. Outro dia, em nossa cidade de Itajubá, no Sul de Minas, de alguma forma governada pelo PT, uma rádio foi fechada, porque fazia oposição. Que espírito é esse? Que pensamento é esse que fala em democracia, mas não aceita oposição, o contrário? É isso que estamos vendo em Cuba.

A história está repleta de exemplos. Lembro aqui o famoso navio que levava os israelenses de volta para a sua terra e foi parado por tropas inglesas. Inicia-se uma greve de fome em que morre um dos mais importantes médicos da época. Desencadeia-se, então, um clamor mundial em relação à situação. Veremos isso em Cuba, porque temos, infelizmente, já quase a morte de mais um dissidente, um opositorista. Cuba, esse modelo não aceita oposição. Aceita-se só uma ideia, um partido.

Vemos agora mais um dissidente, Fariñas, que já está também numa situação clínica muito delicada em Cuba. Perguntaram ao Presidente Lula o que ele achava disso. O Brasil é um país identificado com a liberdade, que lutou por ela, que lutou para ter Oposição e que a viu chegar ao poder. O Presidente do Brasil, Lula, opositorista, que já fez a sua greve de fome, compara Zapata, Fariñas e outros opositoristas dos irmãos Castro a presos comuns, estupradores, bandidos que estão na cadeia, no Brasil. O Presidente Lula pergunta, caso esses presos fizessem greve de fome, se alguém se importaria, se alguém falaria alguma coisa. Que infelicidade! Pedida a opinião dele sobre o que está sendo feito a esses opositorista, o Presidente Lula respondeu que não entra em questões internas de outros países, pois as nações têm sua soberania e autodeterminação. O Presidente Lula fecha os olhos à perseguição às mulheres em Cuba, às mães buscando seus filhos desaparecidos. Ele não quer entrar nessa questão. Diz ser uma questão interna. Direitos humanos não são questão interna, mas sim internacional, da humanidade.

Todos nós temos obrigação de opinar e de intervir. Por isso temos a Corte Internacional de Direitos Humanos. O Presidente Lula fecha os olhos aos opositoristas que estão morrendo em Cuba. Isso me faz lembrar os sofistas na Grécia. Eles achavam que o bom discurso, o bem-falar, ou seja, convencer o outro é que é o certo. Não importa qual a argumentação, se ela é verdadeira ou não, o que interessa é convencer o outro.

O Presidente Lula não deveria meter-se em questões internas. Quando ele desceu em Israel, começou a dar ordem lá. Dizia que Israel não podia fechar fronteira com Gaza, que o país tinha de conversar com Irã, derrubar os muros e soltar os presos. Ora, quem entende o Presidente Lula? Que discurso é esse? Ele acha que não pode entrar nas questões internas de Cuba, mesmo os opositoristas morrendo, mas chega a

Israel, quer dar palpite e ensinar? Agora ele vai se encontrar com Ahmadinejad. Interessante dizer que o Presidente Lula visitou o Museu do Holocausto, foi até lá colocar uma coroa de flores para 6 milhões de mortos no holocausto da Segunda Guerra Mundial. Ele deve ter visitado também o lugar onde está 1 milhão de crianças. Lá há vozes de crianças mortas no Holocausto, e ele deve ter visitado esse lugar. Agora, o Presidente Lula deixa Israel e vai se encontrar com o Presidente do Irã, que disse que não houve Holocausto. É mentira! Até em Belo Horizonte temos sobreviventes do Holocausto. Eles estão por toda parte e já deram testemunho nesta Casa.

O nosso Presidente, que não se mete em questões internas, deu ordens em Israel e agora está se preparando para encontrar Ahmadinejad, que sonha em tirar Israel do mapa, e é para lá que vai o Presidente Lula. Quem aguenta o Presidente Lula dando palpite em tudo, em todas as coisas e ferindo os judeus que vivem aqui em Minas Gerais e no Brasil? Nosso país tem ligação não apenas com os judeus, mas também com os árabes e com os libaneses, e o Presidente Lula quer trazer essa briga para cá. Mas ela não é nossa, não é do povo brasileiro. Mesmo assim, ele vai até lá dar palpites nas questões de Israel.

Presidente Lula, queríamos seu palpite para salvar a vida de Zapata, lá em Cuba, e também a vida de Fariñas e das mulheres cubanas que estão lá procurando seus filhos desaparecidos. Além disso, queríamos que V. Exa. falasse contra a violência das mulheres no Irã e a perseguição aos cristãos lá, que é o terceiro país onde temos mais cristãos presos por falarem da sua fé, da sua religião. O Presidente Lula se associa a esses que prendem os cristãos, e não temos nenhuma palavra dele em favor das mulheres no Oriente Médio, em favor da oposição em Cuba e também em favor dos cristãos presos no Irã, na Coreia do Norte e na China. Nenhuma palavra. Diz o Presidente que são questões internas.

Repito, questões de direitos humanos são questões da humanidade, são questões internacionais. Temos tribunal internacional para julgar as agressões aos direitos humanos.

Não dá para aceitar esse discurso do Presidente Lula. Sobre esse discurso do PT fechando a rádio, espero que ele chegue à Assembleia, para tomarmos medidas sobre essa denúncia. Não podemos aceitar isso no Brasil, porque temos uma ligação com a liberdade. Sempre lutaremos pela liberdade e nunca ficaremos calados frente a essas agressões que estamos vendo acontecer contra o que é mais sagrado e que sempre defenderemos. Nós lutaremos pelos direitos, queremos os direitos e sabemos da perseguição aos cristãos.

Recentemente, a revista "Veja" fez uma grande reportagem mostrando os brasileiros que vivem no exterior. As pessoas pensam que os brasileiros mais respeitados no exterior fazem parte da diplomacia brasileira, o que não é verdade. Em primeiro lugar, entre os mais respeitados estão os missionários cristãos brasileiros; em segundo lugar, os atletas brasileiros. Entretanto, o governo brasileiro, ou melhor, o Presidente Lula desconhece os missionários brasileiros que hoje estão presos nos países que ele defende e está visitando e com os quais tem alianças. A verdade é que ele não quer tocar nessas questões. Ele desconhece a perseguição aos cristãos no Irã. O Presidente Lula desconhece a perseguição na China e na Coreia do Norte, bem como a perseguição às mulheres. Nenhuma palavra da diplomacia brasileira ou do Presidente Lula em relação a essa perseguição contra os cristãos e contra as mulheres.

É lamentável. Há muitos dias estou querendo vir a esta tribuna defender valores fundamentais do povo brasileiro. Nós aprendemos a viver livres, especialmente em Minas Gerais, pois aqui nasceram os movimentos pela liberdade. Aliás, este é o bem mais fundamental que Deus deu ao homem e à mulher: a liberdade. Não podemos ser escravos de ninguém, por isso o descontentamento com o nosso Presidente por essas manifestações infelizes. Esperamos que o Presidente tome uma atitude em nome do povo brasileiro, na luta contra a perseguição contra as mulheres, contra os cristãos e contra os que fazem oposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa que fazem a cobertura "in loco" da reunião desta tarde na Assembleia, servidores da Casa, galerias, cidadãos que nos acompanham de casa ou de seu local de trabalho pela TV Assembleia. Neste momento, chegamos a mais de 300 Municípios, ao vivo.

Sr. Presidente, dois assuntos me trazem a esta tribuna. Estou procurando a notícia mais relevante de que gostaria de falar em primeiro lugar. Ela estava marcada, mas eu a perdi. É importante que essa notícia seja dada antes da que irei trazer em seguida.

Mas, adiantando, enquanto localizo aqui... Aqui está. O jornal "O Tempo", hoje, no seu primeiro caderno, na pág. 32, traz uma notícia de relevante importância. Aconteceu na manhã desta quinta-feira, aqui na Assembleia Legislativa, uma audiência atendendo a requerimento meu para discutirmos a questão dos Agentes Penitenciários, que até hoje não está resolvida. No ano passado houve um acordo com o governo, com o Líder do Governo e com o Secretário da Casa Civil. Em função desse acordo, votamos tudo o que estava para ser votado, tanto projetos do governo quanto dos Deputados. Cumprimos nossa palavra e nossa parte no acordo. Para nossa surpresa, quando retornamos este ano aos trabalhos, fomos surpreendidos, como disse, com a notícia de que o acordo não havia sido cumprido.

Então, começou uma novela, que dasaguou na realização nesta manhã, aqui, na Assembleia, de uma audiência pública, noticiada pelo jornal "O Tempo", que cita, aliás, que a requerimento meu essa audiência foi convocada. Considerei o resultado satisfatório. Nessa audiência, encaminhei uma sugestão que foi acatada: que, na terça-feira, às 10 horas, fizéssemos uma reunião com o Subsecretário de Assuntos Penitenciários, Dr. Genilson, no meu gabinete, com a presença dos Deputados diretamente ligados e envolvidos na causa dos ex-Agentes Penitenciários e com a presença de um representante dos Agentes.

Essa é a notícia relevante e importante que eu deveria dar. Essa é a notícia construtiva de um jornal como "O Tempo", que tem compromisso com a verdade e com a divulgação das boas ações desta Casa. Parabenzamos tanto o "O Tempo" quanto o "Hoje em Dia", que mandam a esta Casa os seus jornalistas, que produzem aqui suas matérias e a reproduzem nos seus jornais, nos seus veículos.

Hoje li uma notícia que outros colegas também leram, mas que eu não havia visto. Trata-se de uma notícia apócrifa porque está em uma coluna que tem por título "Em dia com a política", do jornal "Estado de Minas". Falo que é apócrifa porque não tem aqui o nome do jornalista ou da jornalista responsável pela matéria. Mas eu vou lê-la como está aqui colocada. Em seguida, peço permissão aos colegas para fazer aqui um comentário, que tem também um tom de defesa deste parlamentar e de suas ações neste Parlamento. A notícia que aqui está no primeiro caderno, página 2, publicada no dia 18/3/2010, é a seguinte: "Mudança de hábito. O comentário geral na Assembleia Legislativa é que o Deputado Vanderlei Miranda, antes sempre afável com os colegas, mudou depois que assumiu a Liderança do PMDB na Casa. Passou a fazer discursos tão eloquentes quanto vazios em Plenário, além de assumir posições intransigentes e radicais. Os Deputados Estaduais brincam que, assim que ele chega ao Plenário, a frase mais ouvida é: "Xô, Liderança!". É, anda feia a coisa".

Primeiro, quero dizer que quem escreveu isso aqui não me conhece. E duvido que tenha vindo a esta Casa produzir essa matéria. Alguns colegas até me disseram que não valeria a pena vir à tribuna e fazer esta defesa, mas sinto-me no dever e no direito de vir, sim, fazer esta defesa. Deputado Doutor Ronaldo, primeiro quero dizer que passei pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, onde exerci dois anos do meu mandato e deixei lá 40 amigos entre os Vereadores, amigos e amigas, sem considerar todos os funcionários e servidores da Casa, ali deixei grandes amigos.

Neste Parlamento, minha postura no relacionamento com os colegas sempre foi de muito respeito. Percebo que existe também da parte deles muito respeito por minha pessoa. Da mesma forma tenho carinho e respeito por cada um das Deputadas e dos Deputados, percebo que há reciprocidade desse carinho e desse respeito. Portanto, essa notícia não reproduz a verdade. Vou mais além: quando é dito aqui que, depois

que assumi a liderança do PMDB, tornei-me radical, isso para mim é elogio. Se buscarmos a tradução literal de "radical", veremos que se trata daquele que tem raiz. Graças a Deus, tenho raízes profundas, de compromisso com o meu mandato, com o eleitor que votou em mim, com as demandas que chegam a esta Casa. Sou radical, sim; tenho um mandato enraizado no compromisso de honrar o voto que me trouxe para cá - e não foram poucos: quase 50 mil votos.

Mas, Sr. Presidente, vou mais além. Essa notícia apócrifa diz que passei a fazer discursos tão eloquentes quanto vazios no Plenário. Muito bem, vamos analisar essa frase, que me agride, que me ataca e que está aqui no jornal "Estado de Minas". Primeiro, se defender os interesses da classe trabalhadora nesta tribuna é discurso vazio, continuarei fazendo discurso vazio; se vir a esta tribuna e expor os anseios dos aposentados do nosso Estado, que neste momento veem na televisão uma propaganda muito bonita falando do cuidado que existe com eles - e estão há anos sem reajuste -, for discurso vazio, continuarei a fazer discursos vazios; se vir a esta tribuna e comprar a briga, no bom sentido, de mais de 300 pais e mães de família que foram dispensados no ano passado, os Agentes Penitenciários, e realizar uma audiência pública nesta Casa para resolver a questão deles é discurso vazio, continuarei fazendo esse discurso vazio; se vir a esta tribuna e apresentar dois "contrachocos" - porque aquilo não é contracheque - de servidores da Secretaria de Segurança mostrando que um ganha R\$350,00 e outro R\$360,00, menos que um salário mínimo, o que é inconstitucional, se isso é discurso vazio, Deputado Antônio Júlio, continuarei fazendo discurso vazio nesta Casa. Peço, por favor, ao serviço de som que não o abaixe, por gentileza. Se vir aqui e defender os funcionários do DER, que há anos não têm um centavo de aumento, é discurso vazio, continuarei a fazer discurso vazio; se vir a esta tribuna e defender os que estão hoje nas vergonhosas filas da saúde esperando por uma cirurgia de alta complexidade, por uma cirurgia bariátrica e alguns até morrendo, se isso é discurso vazio, continuarei fazendo esse discurso vazio.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, essa notícia foi muito infeliz. Quem escreveu e publicou isso aqui não conhece este Deputado e esta Casa. Primeiro, deveria ter vindo aqui, "in loco", como fazem outros jornalistas representantes de outros órgãos da imprensa, para depois publicar uma notícia mentirosa. Entretanto, querer também solapar-me o direito de fazer meu discurso como Líder da Bancada do PMDB que sou, não por exigência e nem por vontade própria, mas por aquiescência de todos os meus companheiros de bancada, que assinaram para que eu assumisse essa Liderança, é demais.

Mas a pessoa se esqueceu de dizer que também sou Vice-Líder do bloco da Oposição nesta Casa e, como tal, é claro que meu discurso às vezes pode incomodar algumas pessoas. Não sei a serviço de quem está essa notícia. Só quero dizer, mais uma vez, que a pessoa foi muito infeliz ao dizer que tenho posições intransigentes. Meu Deus do céu! O que mais tenho feito nesta Casa, Sr. Presidente - V. Exa. é testemunha -, é buscar o diálogo, sentar, conversar e discutir. Para isso não tenho poupado esforço e tempo. Até à noite, na minha casa, trato de assuntos que não foram resolvidos durante o dia, aqui na Assembleia. Dizer que sou intransigente? Com quem? Não posso aceitar essa notícia como verdadeira.

É fato que, quando falamos nesta tribuna, o número de pessoas nos ouvindo é milhares de vezes maior que o das que leram essa notícia. Algumas sequer tomaram conhecimento dessa nota; só o fizeram agora, com a leitura que fiz aqui. Reafirmo minha posição, meu compromisso e meu respeito por este Parlamento e por aqueles que me conduziram a esta Casa. Não me calarei. Se isto é discurso vazio, é o que continuarei fazendo. Gostaria de lembrar ao responsável por essa nota apócrifa que não é meu discurso que é vazio, e, sim, o Plenário. Cobram que estejamos aqui para que haja quórum para votarmos. Mas, mesmo num plenário vazio como o desta tarde, em respeito aos milhares de telespectadores que estão do outro lado nos acompanhando pela TV Assembleia, achei que deveria fazer este pronunciamento. Acho que mereço, por parte desse órgão de imprensa, do qual sou assinante há muitos anos - e pretendo continuar como tal... Quem fala aqui não é o assinante, é o parlamentar que se sentiu ofendido por notícia mentirosa como essa. Alguns Deputados me perguntaram quem tinha plantado isso - sabemos muito bem o que significa "plantar" uma notícia -, e disse que não sabia quem tinha esse interesse, uma vez que tenho relação de cordialidade, amizade e respeito com todos aqui na Casa. Quero continuar deixando essa marca do meu relacionamento enquanto aqui estiver e enquanto Deus me permitir.

Encerro minha fala com um pensamento - parece-me que é de Santo Agostinho - de que gosto muito: "Quando você for falar, cuide para que suas palavras sejam melhores do que seu silêncio". Transfiro esse pensamento a quem colocou essa nota. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o que me traz aqui, hoje, é a repercussão da Cidade Administrativa. Sinto-me na obrigação de fazer análise sobre o que tem acontecido depois da inauguração.

Quando o governo apresentou na Assembleia o projeto, ou seja, a ideia da construção do Centro Administrativo, fui o único Deputado que levantou algumas questões, principalmente sobre a localização. O governo tentou dizer que era o melhor local. Eu dizia que era um risco muito grande o governo do Estado centralizar todos os funcionários num único local, com uma entrada só. Quer dizer, pará lá, só existe uma via de acesso.

Lembro-me de que o rapaz da Comig se assustou quando fiz esse pronunciamento e me disse que não haveria problema algum, Deputado Doutor Ronaldo, porque a polícia ia manter um batalhão no Centro Administrativo. Ora, lá é batalhão ou Centro Administrativo ou Cidade Administrativa? Pelo menos em tese, lá trabalharão os funcionários do Estado. O governo insistiu porque, quando vieram aqui apresentar o projeto, Deputado Ivair Nogueira, a obra já estava contratada. O contrato da obra ainda está "sub judice". O Ministério Público, apesar de ser lentamente ... Se fosse uma prefeitura pequena ou um Prefeito sem estrutura, ele teria paralisado a obra. No entanto, há a questão do governo que hoje manipula a tudo e a todos, inclusive ao Ministério Público, naquelas ações. Uma obra inicialmente orçada em R\$560.000.000,00 e que custou mais R\$2.000.000.000,00 aos cofres. Ai, começaram a surgir os problemas. No dia da inauguração, caiu uma chuva que Deus deu. Às 4 horas da madrugada, era para terem cancelado a inauguração da obra. Por quê? Porque na parte de baixo do Centro Administrativo, Deputado Doutor Viana, havia quase 2m de água. Foi um deus-nos-acuda. Tanto que quem lá foi não teve oportunidade de visitar o auditório, porque este estava totalmente encharcado, com mais de 1m de água. Na última segunda-feira, ocorreu o inverso. Faltou água no Centro Administrativo. Tiveram de mandar todos os funcionários para casa porque não havia água. Tudo bem até aí, porque isso faz parte. Uma obra grande que está iniciando as suas atividades realmente tem esses problemas. No entanto, cansei de dizer que o governo iria ficar nas mãos do funcionalismo público e dos movimentos reivindicatórios e que lá poderia haver um desastre muito grande para Minas Gerais quando ocorressem as movimentações grevistas, e radicalizassem... Aliás, irão radicalizar, porque, até agora, os líderes sindicais das secretarias do governo têm estado sem ação. Não sei por qual motivo. Como disse, é a dominação do governo nos sindicatos. Agora, estão começando a manifestar-se as centrais. Disse que haveria um movimento de greve lá e que o governo ficaria refém do funcionalismo público.

Repito: o dono da Comig - pois agora ela tem dono - disse que lá haveria polícia e que esta não deixaria isso acontecer. Talvez ele ainda não conheça um pouco do movimento grevista e sindical. Na verdade, quando estiverem organizados, o que mais irão querer é fechar a MG-010 e o Aeroporto de Confins para quem estiver chegando e saindo. Isso é fácil de ser feito. A polícia não desmontará isso de uma hora para outra. É irresponsabilidade do Coronel dizer que desmonta, porque não desmonta. Se lá houver 200 ou 300 pessoas, não chegarão de qualquer jeito. É lógico que haverá negociação, mas esta demorará uma ou duas horas, dependendo dos ânimos. Portanto, lá é o local ideal para o funcionalismo público promover as suas manifestações. O governo não pensou nem quis pensar nisso. Aquela é uma obra de consumo, sonhada pelo Vice-Governador Anastasia. Desde 1996 ele sonha em fazer a Cidade Administrativa. No entanto, não analisaram as consequências, Deputados Doutor Ronaldo e Carlin Moura, não analisaram tudo isso.

No dia 2 de março, terça-feira, o governo publicou uma matéria no "Minas Gerais". Talvez tenham publicado só no "Minas Gerais", órgão oficial do governo, porque poucas pessoas leem as suas notícias. Quando o lemos, é porque temos interesse em verificar uma publicação de algum órgão ou qualquer coisa. O governo disse no jornal que, dos 81 órgãos do governo, entre secretarias, autarquias, entidades diversas e empresas públicas, que iriam para a Cidade Administrativa, 31 permanecerão no Centro de Belo Horizonte.

Com menos de 10 dias de inauguração, depois daquela grande festa em que gastaram uma fortuna, o governo recua dizendo que apenas 50 órgãos da sua estrutura serão transferidos para a Cidade Administrativa. O governo disse em sua propaganda que o grande mote da construção da Cidade Administrativa seria uma economia de R\$80.000.000,00, Deputado Ivair Nogueira. Sabe o que é mais grave e já está ocorrendo lá? O restaurante que foi construído não poderá ser utilizado, porque não há exaustão. Será preciso levar as comidas prontas daqui, do centro da cidade, para fornecê-las aos funcionários que trabalharão lá. Já faltou água, e agora o restaurante não funcionará, porque esqueceram. É até uma coisinha pequenininha, é detalhe, tão pequeno que esqueceram, Deputado Vanderlei Miranda, de colocar exaustão para retirar fumaça, gordura.

Foi isso que me trouxe aqui hoje, foi para dizer ao governo que alertamos sobre o que iria ocorrer. Mas a maioria absoluta dos Deputados e o governo não quiseram fazer a discussão, porque a decisão estava tomada. "Faremos, custe o que custar", era o que pensavam. Até tiro como exemplo a Cidade Administrativa quando discuto com alguns Prefeitos e até com o próprio governo. Quando se faz uma reivindicação, a primeira coisa que o governo diz é: "Não tem dinheiro". O dinheiro no serviço público mostrou, mais uma vez, que não é o mais importante; o dinheiro deixou muito claro que a vontade, a ganância de fazer é muito mais importante do que o recurso. Como o governo conseguiu R\$2.000.000.000,00 para fazer uma obra em menos de três anos? Porque ele quis fazer. Retirou da educação, da saúde; já fez empréstimo para atender a uma vaidade excessiva do Sr. Antonio Augusto Anastasia, Vice-Governador. Aquilo é uma obra de consumo, é o sonho de consumo do Vice-Governador; ele sonhou que um dia teria aquilo. Não sei para quê, porque não funcionará. A Cidade Administrativa não funcionará, disse aqui desde o começo, falei durante a construção, repeti antes da inauguração e agora estou fazendo esse novo pronunciamento para mostrar que, 10 dias depois da inauguração - talvez nem isso - o governo recua com 35 órgãos, que não irão para lá. Sabe por que não irão, Deputado Doutor Viana? Porque esses órgãos atendem ao público. Lá não há estrutura para receber mais gente do que os funcionários. Quando estiver funcionando, será um inferno. Há menos de 2 mil funcionários hoje; todos viram o que ocorreu nesta semana, na terça-feira. Ontem a polícia queria fazer uma manifestação, mas, como o governo já não despachará lá, pois está vendo que está inviável, é longe, há dificuldade, ele ficará refém do funcionalismo, vieram fazer a manifestação aqui na Praça da Liberdade. Mas o que mais me assusta, Deputado Vanderlei Miranda, é que a imprensa não diz nada, continua amordaçada. A censura da imprensa está irritando a todos. O povo já não acreditava na classe política, e hoje passa também a ter dúvida sobre a imprensa mineira. A greve de anteontem, a greve dos operários lá atrás, que paralisou o aeroporto de Confins, nada foi noticiado. Somente o jornal "O Tempo" deu uma nota pequenininha. Nesta semana, os funcionários foram dispensados, porque não havia água; mas ninguém disse nada. Olha o prejuízo que Minas Gerais está tendo.

Antes de continuar, concedo aparte ao Deputado Vanderlei Miranda, nosso Líder.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Júlio, meu companheiro da Bancada do PMDB. Quero apenas fazer aqui uma correção, para que não fique dúvida. Eu disse que a notícia que acabei de dar da tribuna, quando fiz a defesa do meu posicionamento nesta Casa, era apócrifa, ou seja, que não tinha assinatura. Mas, na verdade, a produção de nosso clipe na Casa, que faz com muita competência a reprodução das principais notícias, não trouxe, no resumo, quem era o responsável pela coluna. Agora, tenho em mãos o jornal, onde consta o jornalista responsável pela coluna "Em dia com a política", cujo nome me reservo o direito de não citar. Portanto, a coluna está assinada, mas isso não muda absolutamente nada nem tira nenhum ponto, nem uma vírgula, da minha defesa feita desta tribuna, nesta tarde. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Estava falando do que me preocupa. Às vezes, dizem que o Deputado Antônio Júlio é muito Oposição. Não é isso. Uma coisa que sempre me preocupou é o Estado de Minas Gerais. Não estou preocupado com governantes do Estado, até porque são transitórios. Essa obra foi mal feita, nela se gastou dinheiro excessivo sem nenhuma justificção. A justificção que apresentaram na mídia já foi por água abaixo, diziam que a grande obra do Centro Administrativo representaria uma economia de R\$80.000.000,00 por ano. Mas em momento algum o governo disse quanto custará a manutenção daqueles prédios. O governo não disse à população que está com uma autorização da Assembleia pedindo para diminuir em 25% a carga horária dos funcionários que lá irão trabalhar. Quanto custa isso? Se quisermos ser frios na questão da legislação e da própria lei, o Estado está dando um aumento de 25% para o funcionalismo público, o que também não é real. Seria apenas uma forma fria de fazer a análise ou a crítica.

Há o problema da alimentação. Como já disse, e vou repetir, não tem como fazer, porque não vai funcionar. E o Estado esqueceu-se do transporte das pessoas que irão trabalhar lá. Volto a repetir para ficar bem claro: o Estado esqueceu-se dos movimentos revolucionários e dos movimentos de greve, que serão retomados uma hora. E já foram retomados. Disse isso há dois anos. Disse que, no final do governo Aécio Neves, teríamos, praticamente o resto do ano, que conviver com greve. Ontem, acabaram com a greve do HPS, que é da Fhemig, do governo do Estado. Os professores estão alerta, vão fazer greve. Isso ocorre porque não é possível o governo continuar fazendo a remuneração dos seus funcionários públicos dessa forma enganosa do adicional de desempenho, adicional de produtividade. Essa é uma forma de enganar os inativos do Estado, de não dar aumento para o pessoal aposentado e para os pensionistas do Estado.

Tenho dito e volto a repetir: o governo que assumirá no ano que vem terá um passivo trabalhista impossível de pagar. Mas o governo vai lá aumentar sua cota de precatórios, e até hoje não conseguimos entender nem o valor. Cada dia que passa, o precatório aumenta porque o governo não ganha uma ação na Justiça. Sabe por que não ganha? A PM está ganhando o 15º salário, mas não estão dando um tostão de aumento para os inativos. Onde fica a paridade garantida na Constituição? Será que vamos rasgar a Constituição? Não. Essas pessoas vão à Justiça e terão os mesmos direitos daqueles que estão na ativa.

Então, esse é o Estado em que vivemos hoje, o Estado cantado e decantado, até por covardia da maioria da população. Até porque a imprensa tem sido altamente beneficiada com as verbas do governo em todos os sentidos. Se ligarmos o rádio ou a televisão, veremos que, de cada cinco propagandas, quatro são institucionais. Estão enganando a quem? Na verdade, o governo tem um lado positivo, que poderia ser altamente aproveitado, mas eles fazem propaganda, justamente, das mentiras do governo.

As informações, por exemplo, de que foram diminuídos os índices de violência são mentirosas. O Coronel mesmo disse que estão manipulando os dados, para divulgar pela imprensa que Minas Gerais é um oásis, que aqui não há problema.

Era isso o que queria dizer aqui, até mesmo para não perder a oportunidade de continuar o discurso que iniciei há dois anos e meio, quando alertava que a Cidade Administrativa é um equívoco; é um castigo para Minas Gerais fazer-se um investimento daquela monta para algo que não vai funcionar.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, público que nos assiste das galerias, gostaria de trazer hoje a esta tribuna o balanço das mobilizações que policiais e bombeiros militares e pensionistas estão realizando, com a participação deste Deputado. Já fizemos três manifestações em praça pública: uma na Praça da Assembleia e duas na Praça da Liberdade. Estamos unidos em uma forte mobilização para sensibilizar o governo a conceder o reajuste salarial para as forças de segurança pública do Estado.

Sobre isso, quero expor algumas informações, até porque há a possibilidade de o Governador Aécio Neves anunciar o reajuste salarial para essas categorias nesta data ou nos próximos dias. Fizemos várias reuniões no Clube dos Oficiais da Polícia Militar com as entidades de classe: a Associação dos Praças - Aspra -, o Centro Social dos Cabos e Soldados, a União dos Militares de Minas Gerais, a Associação dos Oficiais e o Clube dos Oficiais da Polícia Militar e do Bombeiro Militar de Minas Gerais. As deliberações tomadas nessas reuniões culminaram com a realização de duas reuniões com o Alto Comando - o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar, e o Cel. Gilvan Alves Franco, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar -, as entidades de classe e este Deputado.

Logo em seguida, no dia 2 de março, fizemos uma reunião com o Secretário de Governo, Danilo de Castro, e entregamos a proposta defendida pelas entidades de classe, por este Deputado e pelo próprio Comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Sabemos que a qualquer momento vamos receber notícias do Governador Aécio Neves relativas ao reajuste salarial, mas queremos relembrar a proposta encaminhada. Segundo palavras do Secretário Danilo de Castro na reunião realizada na Casa Civil, na Secretaria de Governo, é vontade e desejo do Governador Aécio Neves deixar as forças de segurança pública em Minas Gerais entre as melhores do País. Estou repetindo de forma fidedigna as palavras do Secretário Danilo de Castro, até para não sermos mal interpretados nem termos nossas palavras postas em xeque.

Essas foram as palavras ditas na reunião do dia 2 de março, na Secretaria de Governo, em que estavam presentes os cinco Presidentes das entidades de classe aqui nominadas, o Cel. Gilvan Alves Franco, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros; o Cel. Hermes, Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros; o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar; o Cel. Santana, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, e este Deputado. O Secretário de Governo, Danilo de Castro, disse: "É desejo e vontade do Governador deixar as forças de segurança pública de Minas Gerais entre as melhores do País".

Sr. Presidente, o objetivo principal deste pronunciamento é dizer que o governo possui algumas formas para reajustar os salários dos servidores da segurança pública. E, em Minas Gerais, especialmente essas categorias até hoje não recebem a gratificação por exercerem atividades de risco.

Em 2008, com o nosso constante empenho nesta Casa, trabalhamos em defesa dessa categoria de servidores e encaminhamos ofício às Polícias Militares do Brasil, a fim de saber se possuíam algumas vantagens que Minas ainda não possuía. Como se viu, desde janeiro de 2003, quando o Governador Aécio Neves assumiu o governo, insistimos na luta para o pagamento da gratificação por atividades de risco, chamada por alguns de periculosidade. Pasmem, senhoras e senhores que nos assistem e nos acompanham pela TV Assembleia! Em Minas Gerais, acompanhamos milimetricamente a morte de qualquer servidor da segurança pública e temos aqui um quadro com o registro dessas mortes em todo o Estado, a partir de 2003. Em 2003, tivemos 17 policiais militares, 2 bombeiros militares e 7 policiais civis mortos em razão de sua atividade, num total de 26 servidores da segurança pública mortos. Em 2004, 23 policiais militares, 8 policiais civis, 3 Agentes Penitenciários, num total de 34. Em 2005, 17 policiais militares, 6 policiais civis, 1 Agente Penitenciário, totalizando 24. Em 2006, 15 policiais militares, 2 bombeiros militares, 3 policiais civis, totalizando 20. Em 2007, 9 policiais militares e 3 policiais civis, num total de 12. Em 2008, 10 policiais militares foram mortos no seu serviço ativo. Em 2009, 6 policiais militares e 2 Agentes Penitenciários, num total de 8. Agora, em 2010, o Agente Penitenciário Ronald Amaral Martins, de 31 anos, faleceu em razão de sua atividade, executado a tiros no dia 8 de março, no Bairro Citrolândia, em Betim.

Utilizo esses números, com muito equilíbrio e de forma comedida, para dizer que, se existe alguma categoria de servidor público que necessite receber a gratificação por exercer atividades de risco, essa é a da segurança pública. E não somente por razões práticas, pois, digo e repito, nenhum trabalhador no mundo morre tanto defendendo a sociedade como o servidor da segurança pública.

Citarei dois artigos, até mesmo porque este é o momento de o Governador decidir, e certamente alguns dados podem auxiliá-lo na sua tomada de decisão. O art. 7º da Constituição da República diz o seguinte: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho". Mais adiante, especialmente referente aos servidores públicos, o art. 39, § 1º, diz o seguinte: "A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira". É exatamente o grau de complexidade, o risco. Vejo que este é o momento em que o Governador certamente decidirá sobre o reajuste salarial, portanto faço este pronunciamento. O Governador sinalizou, lá atrás, que, no final do seu governo, faria o possível para que as forças de segurança pública tivessem salário à altura. Talvez, neste momento, o Governador receba essas informações como forma de contribuição e reconhecimento ao trabalho sério e espinhoso que vem sendo desenvolvido pelas forças de segurança pública em Minas Gerais.

O Deputado Domingos Sávio\* - Meu fraterno colega Deputado Sargento Rodrigues, inicialmente me congratulo com V. Exa., trago minha solidariedade e meu respeito às nossas gloriosas Polícias Militar e Civil, aos bombeiros militares, aos Agentes Penitenciários, enfim, às forças de segurança pública de Minas Gerais, e me uno a V. Exa. nesta luta. Aliás, estamos apenas reiterando prática que nos une desde o mandato anterior. Sabemos dos inúmeros desafios que temos pela frente e temos absoluta convicção de que é preciso valorizar nossos profissionais de segurança. Isso não resultará em benefício apenas para esses profissionais, mas para todos nós. Segurança pública é bem inestimável, não dá para quantificar nem colocar valor numa vida. V. Exa. enumerou as dezenas de vidas que perdemos de pessoas lutando e combatendo para nos defender, garantir a ordem pública e a segurança de cada cidadão. Portanto comungo integralmente com o sentimento de que é preciso não apenas remuneração adequada. Não podemos negar que o governo Aécio Neves foi o que mais fez nesse sentido. V. Exa. tem feito essa manifestação com frequência. Muito ainda há que se fazer, mas muito foi feito. O pagamento da atividade de risco é algo que salta aos olhos. Estamos juntos nessa luta e pela aprovação da PEC nº 300, mas, mais do que isso, para que não seja mais uma figura de retórica. Para que tenhamos sua aprovação e fundo que garanta aos Estados a possibilidade de, na prática, pagar salário justo a cada profissional de segurança. É preciso gente qualificada, destemida, e temos essa gente. Nossas Polícias Civil e Militar, nossas forças de segurança, nossos bombeiros dão diariamente demonstrações de competência, coragem, até de heroísmo. Não são poucos os casos, alguns tidos como assustadores, resolvidos pela polícia mineira de forma rápida; porém é preciso investir mais. Estou me solidarizando com V. Exa., mas deixando aqui essa minha lembrança, pela minha lealdade ao Governador Aécio Neves. Até porque temos a convicção de que, com o governo Aécio Neves e com o governo Anastasia, que se inicia nos próximos dias, caminharemos para solucionar esse problema. Eles, de fato, melhoraram as condições das nossas Polícias Militar e Civil e conseguiram reduzir, não por meio do governo, mas da ação dos profissionais de segurança, a criminalidade em Minas Gerais. Muito obrigado, nobre Deputado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao Deputado. Aliás, em 2007 fizemos um encarte, Deputado Domingos Sávio, no qual mostrei uma foto - gostaria que o câmara focalizasse, que desse um "close" aqui - do Cabo Vandec, policial militar, em São Gotardo. Essa foto é de um policial militar que tomou um tiro de fuzil na cabeça durante um assalto a banco, quando a cidade ficou sitiada e refém de criminosos. É uma cidade pequena, até então achavam que lá isso não iria acontecer. Mas crime não escolhe lugar nem hora, Deputado Doutor Ronaldo. Os policiais normalmente estão presentes, aliás não apenas eles.

Quero, Sr. Presidente, encerrar dizendo que, de janeiro de 2003 até o momento, 135 servidores da área de segurança pública morreram defendendo a sociedade. Conforme havia dito, enviei ofício às polícias militares do Brasil. Há respostas oficiais nesta pasta que está comigo, mas não tenho como mostrar cada documento, pois o tempo é curto. São respostas oficiais de cada governo que já possui o pagamento da gratificação especial para atividade de risco, como São Paulo, Pará, Roraima, Bahia - que também aprovou a lei, está faltando apenas a sua regulamentação -, Paraíba, Sergipe e Acre. Há aqui 30%, 40%, 50% e 100% do vencimento básico para a gratificação de atividade de risco.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que este é o momento de o Governador Aécio Neves ficar atento a essa questão, é o momento em que as Polícias Militar e Civil, os bombeiros militares e os Agentes Penitenciários esperam que o Governador Aécio Neves, de fato, faça valer as suas palavras, proferidas pelo Secretário Danilo de Castro. A vontade e o desejo do Governador é colocar as forças de segurança pública em Minas como uma das melhores do País. Está aqui o dispositivo constitucional que permite ao Governador conceder não apenas um reajuste linear, mas também a possibilidade da gratificação por atividade de risco, mais conhecida como periculosidade. Não é possível que uma categoria de trabalhadores como os servidores da segurança pública em Minas Gerais não receba essa gratificação. Se existe um tipo de trabalhador, não apenas em Minas, mas também em todo o Brasil e no mundo, que precisa receber essa gratificação, são os servidores da área de segurança pública. Os carteiros do Brasil já recebem a gratificação por atividade de risco, mas em Minas Gerais ainda não.

Esperamos e estamos confiantes, Deputado Domingos Sávio, de que nos próximos dias, quando o Governador fizer o anúncio do reajuste salarial dos servidores da área de segurança pública, ele se lembre das palavras deste Deputado nesta tribuna, pois levei esse pedido ao

Governador várias vezes. Estive com o Governador várias vezes. Quando fui deixar esse documento em que havia fotos do Cabo Vandec, Deputado Doutor Viana, naquela operação em São Gotardo, o Governador não teve coragem psicológica para ficar olhando as fotos do policial. Mas essa era uma maneira de mostrar a ele, de forma nua e crua, o risco dessa atividade. Por isso, mais uma vez, estamos nesta tribuna fazendo um apelo ao Governador, para que se lembre das forças de segurança pública, pois este é o momento em que ele decidirá o salário dessa categoria. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, público presente nas galerias da Assembleia Legislativa, caríssimos telespectadores da TV Assembleia, boa-tarde.

Sr. Presidente, trago também à discussão a questão relativa à Cidade Administrativa, cuja primeira fase foi inaugurada na semana passada, mas apresento-a por uma ótica um pouco diferente até da apresentada pelo nosso ilustre Deputado Antônio Júlio, não pela ótica dos servidores públicos, que podem, eventualmente, parar o funcionamento daquele lugar. Tenho a compreensão de que todos os movimentos dos trabalhadores são sempre legítimos, e nós os respeitamos.

Apresento-a, então, pela ótica da comunidade do entorno à Cidade Administrativa. Hoje, pela manhã, tivemos uma audiência pública da Comissão de Participação Popular, lá na comunidade do Bairro Morro Alto, que fica justamente atrás dos prédios da Cidade Administrativa. Essa audiência pública foi solicitada pela Vereadora da cidade de Vespasiano, Adriana Lara, e pelas diversas entidades populares, associações de bairro, não só desse Município, mas também de Santa Luzia, de Neves, de São José da Lapa. Contou com presenças muito importantes.

Lá, Sr. Presidente, tivemos oportunidade de conhecer mais de perto os impactos que as obras do Centro Administrativo vêm trazendo para a comunidade. O mais grave é que toda a obra foi feita sem nem sequer se ouvir a comunidade do entorno. Simplesmente chegaram lá e construíram os prédios, para depois instalar a Cidade Administrativa. No entanto a comunidade está sofrendo as consequências dessa obra. Hoje há problema grave do ponto de vista de infraestrutura, especialmente no que se refere ao transporte público coletivo. O governo do Estado também tem discutido esse problema com a comunidade, tem procurado fazer intervenções, que não atendem às perspectivas. O entorno da Cidade Administrativa está sofrendo processo de especulação imobiliária muito forte, pois são comunidades carentes, de pessoas mais humildes, ou seja, população com seus pequenos lotes e casas que hoje sofre o assédio dos especuladores imobiliários que querem comprar seus terrenos e, de certa forma, expulsar aquelas comunidades dali. Portanto a audiência veio demonstrar, com clareza, este grande contraste: de um lado, obra milionária; do outro, compensações inexistentes para as comunidades e falta absoluta de diálogo com a comunidade, que está preocupada por não saber o que ocorrerá.

Sr. Presidente, essas questões vêm sendo levantadas pelos líderes comunitários e pelos moradores, como também pelo ilustre Deputado Antônio Júlio e por mim, pois acreditamos que a obra não foi planejada e talvez não tenham compreendido as prioridades do Estado hoje. Como foi dito na audiência pública, não podemos pensar na ocupação do Vetor Norte e no seu desenvolvimento nos mesmos moldes da ocupação da costa oeste americana, com a expulsão dos índios, a população originária daquela região. O que está ocorrendo no Centro Administrativo é que os grandes empreendimentos imobiliários querem expulsar a população pobre e carente da região do Morro Alto, e isso é inadmissível. Também comentava na audiência pública que qualquer empresa que se instale num Município tem de saber, como primeira providência, se ali há infraestrutura, transporte, energia elétrica, segurança e educação; porém, na obra do Chefe do Poder Executivo em Minas Gerais, o Palácio do Governador não teve essa preocupação. Mostraram que esta tal eficiência administrativa e o choque de gestão não são tão eficientes assim. Afinal, construíram o prédio, mas nada se pensou do ponto de vista da infraestrutura. Para não dizer que somente o Deputado Antônio Júlio, o Deputado Carlin Moura ou a Oposição vêm questionando, Sr. Presidente, percebo que várias pessoas têm pensamento crítico, são independentes em Minas Gerais e também têm formulado opiniões sobre isso. Tomo a liberdade de citar nosso grande professor, de quem tive oportunidade de ser aluno, o Desembargador Antônio Álvares da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho, e professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Em brilhante artigo publicado no jornal "Hoje em Dia" do dia 9 de março, ele faz reflexão muito interessante sobre a Cidade Administrativa. Bem rapidamente, o Prof. Antônio Álvares da Silva diz o seguinte: "O governo do Estado acaba de inaugurar a Cidade Administrativa, amplo espaço que abrigará 16.300 servidores, 18 Secretarias e 25 órgãos públicos. Custou aos cofres públicos R\$1.056.000.000,00, tudo conforme o 'Hoje em Dia Especial' do dia 4/3/2010. Após as festas, discursos e solenidades, é preciso refletir sobre o assunto e analisar os argumentos que levaram o Estado a criar a Cidade Administrativa. Depois, fazer o balanço conclusivo. Afinal, trata-se de um empreendimento público, feito com o dinheiro de todos nós. Portanto, sobre ele todos têm legitimidade para dizer o que pensam. Vamos aos fatos. Reunião de órgãos e concentração administrativa: 43 órgãos se instalarão no local, sob o argumento de que a reunião permitirá prestação de serviço público unitária e melhor. Mas hoje a concentração se faz por caminhos virtuais. O mundo inteiro é um plano só, como diz Thomas Friedman em seu conhecido livro. Empresas americanas são dirigidas da Índia para atuarem em todos os continentes. Prescindem do espaço físico para serem grandes. A localização territorial impede a expansão e limita a atividade moderna. Com o serviço público não pode ser diferente, ainda que em proporção menor. As grandes redes aproximam tudo e independem da matéria ou localização física.

Diminuição de despesas: a diminuição de despesas com a concentração de órgãos é um sistema garantido. Às vezes, a separação é que traz economia, pois permite ver a burocracia em áreas localizadas e próximas do administrador. A comunicação pode ser feita pela internet. Esse argumento foi usado, por exemplo, para unir o Tribunal de Justiça com o de Alçada. Qual a prova da economia? O que já é queixa permanente da falta de verbas para o Judiciário. Os problemas são os mesmos e continuam assim.

Maior edifício suspenso do mundo. Esse tipo de afirmativa não convence, porque o maior nem sempre é o melhor. Qualidade é concentração e harmonia e não extensão e grandeza. O que se vai perguntar é se o maior edifício suspenso vai abrigar também a melhor administração.

Grife de Niemeyer: não se nega a beleza da obra e as ideias estéticas e artísticas desse grande arquiteto, mas a beleza, por si só, não garante a eficiência. A finalidade concreta das obras de arte realizadas para abrigar órgãos públicos só se materializa com a prestação de serviço, que tanto pode ser boa ou ruim, independentemente das belas linhas arquitetônicas do artista que a concebeu.

Custo: é uma das principais preocupações do administrador moderno, pois o dinheiro está em falta. Distribuí-lo com prudência e habilidade segundo as necessidades públicas é um ato de sabedoria que nem todos os governantes têm. Consta que a verba de R\$1.056.000.000,00 - já tivemos notícia de que essa cifra poderia chegar a R\$1.600.000.000,00 - "equivala ao orçamento anual dos serviços de assistência social, habitação, cultura, esportes e agricultura. Aqui vem o questionamento: qual é o melhor e o mais conveniente: o prédio ou a distribuição do valor em reforço das verbas para a prestação dos serviços acima especificados? Quem mais lucraria?"

Para mostrar independência, o Prof. Antônio Álvares fala o seguinte: "O atual governo de Minas, conforme notícia o 'Hoje em Dia' em excelente reportagem na edição de domingo, dia 7 de março, obteve grandes conquistas nas áreas fiscal e de gestão pública. Isso é verdade e deve-se principalmente ao talento do Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia, que sempre deixou um rastro de capacidade e inteligência em todos os órgãos por onde passou.

Mas ainda há notórias carências. A Confederação Nacional do Transporte - CNT - apresentou estudo mostrando a necessidade de um investimento em pelo menos 51 itens, entre os quais se destacam malhas rodoviárias e ferroviárias, telefonia móvel, banda-larga, construção e ampliação de aeroportos, ainda em número insuficiente. Lembre-se aqui o trânsito caótico de Belo Horizonte e a construção do metrô, que seria uma das maiores conquistas para os que ganham pouco e precisam chegar cedo ao trabalho. Hoje, o trabalhador mineiro e brasileiro precisa de quase outra jornada para chegar ao trabalho e voltar para casa. O empobrecimento das classes sociais de menor poder aquisitivo é um fator, e

a favelização ao redor das grandes cidades é uma amostra lastimável da desigualdade brutal que ainda existe em nosso país".

Abro parênteses. Isso ficou demonstrado na própria audiência pública na região do Morro Alto. A Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Capital de todos os mineiros ainda convive com situações de vida que remontam ao século XIX, com falta de esgoto, de ruas asfaltadas, de transporte público, de moradia popular, de saúde pública de qualidade, de escolas e, especialmente, de mão de obra, de mercado de trabalho para os jovens que ali trabalham. "O empobrecimento das classes sociais de menor poder aquisitivo é fato, e a favelização ao redor das grandes cidades é mostra lastimável da desigualdade brutal que ainda existe em nosso país". Continua o Prof. Antônio Álvares da Silva: "Zonas inteiras de pobreza, como o Norte de Minas, carecem ainda de verbas públicas e planos eficientes de gestão. Somando-se tudo, calcula-se que precisamos do total de R\$26.000.000.000,00. Aqui surge novamente a questão. Qual é a prioridade: as sedes administrativas ou os investimentos para erradicar o subdesenvolvimento e enfrentar com sucesso a pobreza? Todos estes fatos precisam ser ponderados e refletidos. O atual governo de Minas, com justiça, reconhecido como um dos melhores que tivemos, naturalmente levou em conta as considerações aqui expostas e, se decidiu por construir a Cidade Administrativa, é porque viu nela meio de melhorar a administração do Estado e prestar melhor serviço público. Mas o futuro não responde nada antes do tempo. É preciso aguardar acontecer para ver. Cabe-nos agora confiar no discernimento de nossos dirigentes e ver o resultado do investimento na efetiva prestação do serviço público, principalmente no que se refere àqueles que têm no Estado a última esperança de melhorar a vida e suprir suas carências inadiáveis". Artigo do Prof. Antônio Álvares da Silva, publicado em 9/3/2010.

Sr. Presidente, fiz questão de ler esse brilhante artigo na íntegra porque reflete bem este momento da Cidade Administrativa. Nesta oportunidade, reforço o pedido da comunidade do Morro Alto, dos Vereadores e das Vereadoras, do Prefeito Carlos Murta, de Vespasiano, e dos líderes comunitários que lá estiveram, que solicitem ao governo do Estado que não continue agindo da mesma forma que o fez até agora, realizando as coisas sem consultar, sem fazer audiência pública, sem ouvir o outro lado, o dos mais pobres e mais necessitados. Pelo amor de Deus, Minas Gerais; pelo amor de Deus, Governador do Estado, tenha mais espírito democrático e consulte mais a comunidade que está do outro lado da Linha Verde, não apenas aqueles que passam no meio da Linha Verde e vão direto ao Aeroporto de Confins; do lado direito e do lado esquerdo, mora gente, moram pessoas humildes, que precisam ser consultadas. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, todos que nos acompanham na Assembleia Legislativa ou que nos assistem pela TV Assembleia, tenho algumas questões a tratar, mas antes não poderia deixar de me manifestar sobre alguns pronunciamentos que me antecederam. Primeiro, para constatar o óbvio, vivemos o clima de prenúncio ou que antecede as eleições.

É natural que o debate se amplie no ambiente democrático - eu diria até saudável. No entanto, é preciso que haja certa prudência. Vimos aqui hoje algumas manifestações que não guardam muita proximidade com a realidade, propriamente com um debate no campo das ideias, e sim com o embate eleitoral e com a tentativa de desqualificar algumas ações do Governador Aécio Neves. No meu entendimento, isso precisa ficar mais bem esclarecido, porque aquilo que se debate aqui é feito em nome do povo mineiro, e, mais do que isso: estamos dirigindo-nos uns aos outros, mas também a milhões de mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia. Hoje, a estrutura de comunicação é talvez um dos principais pilares da democracia. Se ela não for feita com a devida transparência, com os justos e necessários esclarecimentos, corremos o sério risco de passar a quem nos acompanha, a quem nos delegou o poder de representá-los até mesmo uma posição de descrença absoluta com esse bem fundamental para o povo que é a democracia. Refiro-me a essas palavras ditas por vários colegas sempre com muito respeito. Tenho pelo colega que acaba de anteceder-me, por exemplo, o Deputado Carlin Moura, um profundo respeito, em que pese a discordância de algumas questões pontuais ideológicas ou partidárias. Mas vejam bem: uma das coisas que o Deputado afirmou é que tem havido uma especulação imobiliária, que os imóveis estão encarecendo naquela região e que, diante disso, alguns moradores ou cidadãos que ali vivem ou possuem sua propriedade estão sentindo-se atingidos ou prejudicados. Ora, isso é surpreendente: alguém que tenha um imóvel que passa a ser valorizado sentir-se prejudicado porque esse imóvel, a partir dos investimentos que o governo do Estado fez, não apenas na Linha Verde, mas ao construir ali o Centro Administrativo, passou a ser valorizado, e reclamar do governo Aécio Neves porque o imóvel foi valorizado.

O nobre Deputado Antônio Júlio, a quem prezo enormemente e com quem convivo bem próximo, pois resido em Divinópolis e ele em Pará de Minas, fez uma referência utilizando uma série de alegações de que já havia avisado que o Centro Administrativo não daria e não dará certo. Suas afirmações nos faziam lembrar aqueles que criticavam Juscelino Kubitschek quando decidiu construir a Capital de todos os brasileiros no centro do País, tirando-a da beira do mar, quase um recanto para os cariocas, por meio de um investimento histórico. Aquela crítica era dura. Apesar de a Capital Brasília continuar merecendo muitas críticas pelas questões políticas, a estrutura, a tomada de decisão, os investimentos feitos para levar para o centro do País a governabilidade de todo o Brasil, é até hoje aplaudida por todos os brasileiros e por todo o mundo como uma das decisões mais acertadas. O tempo, às vezes, é que vem trazer a todos essa certeza, mas há aqueles que conseguem anteciper-se ao tempo, como o Governador Aécio Neves. O Deputado Antônio Júlio fez uma colocação a que não resisto e tenho de comentá-la: ele se referiu aos movimentos grevistas e chegou a usar a expressão "movimentos revolucionários". É preciso haver uma certa distinção. Malgrado eu respeitar profundamente o direito do trabalhador de manifestar-se reivindicando melhorias e fazer uso, até mesmo, em determinadas situações, da greve, percebemos que se torna cada dia mais evidente que, ao aproximarem-se as eleições, aproximam-se movimentos grevistas liderados por aqueles que querem fazer oposição a determinado governo. Aliás, nós, do PSDB, nunca adotamos essa prática de criar aparelhos em sindicatos e levá-los à porta do Presidente Lula para fazer greve. Talvez seja até um erro de estratégia. Mas é uma linha política entender que não devemos fazer uso de sindicato. Essa é a melhor maneira de mostrar o nosso respeito pela independência dos sindicatos, de respeitar o trabalhador, de compreender que liberdade sindical não é algo que pode ser apenas propagado na teoria, atrelando o sindicato depois a um partido, utilizando-o de forma muito clara para prejudicar esse ou aquele governo, para discordar desse ou daquele governante. Falo isso porque ele quis dizer também que aquele local não é adequado para manifestações, tendo em vista que poderia gerar problemas na Linha Verde. Será que a Praça da Liberdade é o lugar adequado? Será que parar o trânsito no Centro da cidade, como ocorreu várias vezes, é menos desconfortável, gera menos transtorno? Não há lógica nessas linhas de raciocínio.

Não se pode negar que o governo Aécio Neves fez algo de bom para Minas e é uma referência para o Brasil. A nossa história haverá de reconhecer isso por unanimidade. Mas, no presente, qualquer pessoa sem paixão partidária compreende que isso não pode ficar sendo discutido desta tribuna sem justa contraposição, sem defesa, que faço com muita tranquilidade. Alguns nos dizem: "Domingos, você sempre defende o Governador Aécio Neves. Quem sabe isso pode atrapalhá-lo, já que está disposto a continuar na vida pública?". Se lealdade me atrapalhar algum dia, que a vida pública se feche para mim. Lealdade e coerência são fundamentais. Não basta estar ao lado do Governador em momentos de aplauso, de inaugurações, de convênios assinados em benefício de todos os Municípios mineiros. É preciso estar ao seu lado no momento das dificuldades e incompreensões. Muitos estavam lá no dia da inauguração, mas, na primeira manifestação de greve, encontram argumentos para dizer que o local não é apropriado. Isso é um absurdo! O local não somente é apropriado, como está levando desenvolvimento nunca visto para toda a região.

Chegaram a mencionar o valor gasto. Por reiteradas vezes, lembramos que não foi retirado nenhum centavo do Orçamento do Estado, da saúde, da educação e da assistência social, para construir a Cidade Administrativa. De onde veio o dinheiro? Houve uma mágica? Não. Houve competência, responsabilidade e seriedade, e contribuímos para essa competência ocorrer, porque votamos a reforma administrativa aqui, na Assembleia. Uma das propostas possibilitou a criação da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemig. Várias empresas públicas, várias autarquias davam prejuízo para o Estado, como a CDI, importante para a implantação de novos distritos industriais - como ocorreu em Divinópolis, quando eu era Prefeito. O Governador Aécio Neves, numa decisão acertada e planejada ao lado do Vice-Governador Anastasia, reuniu tudo em uma única companhia, a Codemig, que passou a dar um resultado fantástico. Ficou definido que esse resultado seria destinado à geração de desenvolvimento no Estado. A Codemig é uma companhia dos mineiros, tem dado um resultado positivo no governo Aécio Neves, que bancou 100% da obra, sem retirar um centavo do Orçamento, portanto sem comprometer outros investimentos importantes, como os da saúde e da educação. Além do mais, o governo deixou claro o custo com o funcionamento, questionado aqui. Quem não acompanhou os debates anteriormente pode imaginar: "Ora, a Cidade Administrativa terá um custo para funcionar". Disseram que não foram feitas audiências



públicas, que não houve discussão com a comunidade. Nos anais da Assembleia, constam que foram realizadas audiências públicas para demonstrar o custo mínimo de R\$80.000.000,00 por ano. Hoje se verifica que haverá economia para os cofres públicos.

Entre o que se gasta na estrutura atual descentralizada e o que se gastará para manter aquela estrutura reunindo todas as Secretarias, haverá R\$80.000.000,00 por ano de economia. Dinheiro que todo ano entrará a mais para a saúde, a educação e a área social. Tudo isso planejado, com seriedade e responsabilidade. Prenuncio, ante a proximidade das eleições, o crescimento do apoio ao Vice-Governador Anastasia, que agora assumirá como Governador de Minas já com o entusiasmo de centenas de Prefeitos e lideranças que o veem, de fato, como resultado positivo para todo o Estado, tudo isso estimula um ataque que começa a ganhar espaço na tribuna, mas sem ganhar eco, sem ganhar as ruas. Soube que muitos que estão sendo convidados hoje para fazer manifestação em frente à Cidade Administrativa - aliás, li isso no "Estado de Minas" -, receberam, além do transporte, um determinado pagamento para as despesas de alimentação. Manifestar-se alguém numa greve recebendo pagamento é algo inédito. Essa é uma decisão que respeito, mas é inédita. É surpreendente um governo que hoje consegue obter tantos resultados positivos despertar agora palavras agressivas nesta tribuna. Com muita tranquilidade, venho dizer: conte conosco, Governador Aécio Neves. Não é por acaso que muitos hoje se sentem um pouco angustiados, porque gostariam de vê-lo já agora candidato a futuro Presidente da República. Conte conosco. Conte conosco, Prof. Anastasia, pois sabemos da sua seriedade.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)\* - Deputado Domingos Sávio, gostaria de participar com V. Exa. dos pensamentos e das palavras.

Estou vindo agora de um atendimento na Cidade Administrativa, que, aliás, propiciará economia e está propiciando uma nova visão de governo em todo o País. Na realidade, é notícia nos quatro cantos do Brasil. Estou com V. Exa. Relembro um ditado de Fernando Pessoa: "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena". Se V. Exa. me permite, gostaria de dizer que muitos não conhecem a realidade e pensam que falando dá mais certo do que provando. Acompanhando hoje os noticiários da TV e do rádio, vemos que a Cidade Administrativa já é um sucesso, um modelo para todo o País e um mundo de gestão de economia, de trabalho e de facilidade.

Estou de acordo com V. Exa. Hoje o eleitor, especialmente o povo mineiro, não está mais acreditando nisto de fazer oposição por oposição. Faço minhas as suas palavras.

O Deputado Domingos Sávio\* - Agradeço-lhe muito, nobre Deputado Duarte Bechir, meu quase conterrâneo, pois somos da mesma macrorregião. Fico muito feliz. Pode ter a certeza de que ainda teremos muito caminho a trilhar juntos.

Sr. Presidente, antes de encerrar, peço-lhe a compreensão para fazer duas referências breves. Na semana passada, o Governador esteve conosco em Divinópolis. Para nossa alegria, não só inaugurou o aeroporto que terá abrangência regional, uma obra de R\$12.000.000,00, construída 100% com recursos do Estado, mas também, atendendo a nosso pedido, celebrou um convênio com a Prefeitura para construir um belo e moderno terminal de passageiros, garantindo ao Município dinheiro para obter uma estrutura completa para voos comerciais. Tivemos a alegria de ver o Governador garantir o dinheiro para o hospital público pelo qual venho lutando - aliás, um hospital público para o Centro-Oeste, a fim de atender a toda a região. Na verdade, acaba beneficiando uma região, que, aliás, o querido Deputado Doutor Ronaldo visitou nesta semana. Sei que esteve em Oliveira, Carmo da Mata, Itapeverica e foi muito bem recebido. Esse hospital beneficiará não só Divinópolis, mas também toda essa região.

Agora mesmo falava com o futuro Governador Anastasia e lhe reiterava o convite para ir a Oliveira. Ele assumiu comigo o compromisso de ir. Seguramente nos ajudará com convênios para Oliveira. Portanto, estamos num ritmo de trabalho permanente, que, na realidade, está incomodando algumas pessoas.

Lá ele anunciou mais dinheiro para asfalto, a liberação de recursos para ligarmos com asfalto Divinópolis a São Sebastião do Oeste, o que resolve em parte um problema gerado por um pedágio que contrariou muito a todos. Eu, em vez de criticar, xingar, estou procurando solução. Da mesma maneira, falei com ele sobre os "links" faltantes, as ligações rodoviárias estratégicas. Para minha alegria - levei um pessoal de Passa-Tempo -, ele apertou a nossa mão e disse: "Deputado Domingos Sávio, mandaremos reiniciar as obras imediatamente para terminar o trecho entre Desterro de Entre-Rios e Passa-Tempo". A 262, a rodovia que vai para São João del-Rei, uma região enorme - para nós, isso é uma maravilha -, será ligada à 040. Pedi a ele também o trecho de Pitangui a Papagaios, que é uma luta antiga e já está até pronto. É a ligação de Divinópolis com Sete Lagoas por dentro, o que melhora o transporte da pedra ardósia, da cerâmica, melhora tudo, até a área de avicultura, que cresce muito naquela região. Enfim, é um "link" importantíssimo, como o de Divinópolis a Igaratinga, que tem a parte de cerâmica.

Esses "links" faltantes são uma reivindicação antiga, Presidente. Na minha terra natal, por exemplo, a ligação de São Tiago a Bom Sucesso e a Resende Costa, e também Capelinha a Nazareno. São vários pequenos trechos de rodovia no Campo das Vertentes que o Governador nos disse que incluirá agora num grande programa de ligação entre rodovias. Quem foi competente para dizer que ligaria todas as cidades de Minas por asfalto, que tratou e cumpriu é que tem credibilidade para dizer que fará os "links" faltantes, ou seja, as ligações entre asfaltos. Há asfalto em uma cidade e em outra, mas há uma ligação interna importante. Essa ligação estratégica realmente precisa ser feita. Fizemos esse apelo ao Governador, que nos disse que a ele atenderá prioritariamente em breve.

Quero terminar fazendo referência à querida cidade de Salinas. Estive lá e fui extremamente bem recebido por um grupo de lideranças, pelo Daírton, assessor do Prefeito José Prates; pelo Douglas, que é seu Líder na Câmara; e até pelo Presidente da Câmara. Eles estiveram comigo no Bairro Alto São João, onde ajudamos a viabilizar a reforma de uma creche. Lá recebemos reivindicações dos moradores do Bairro São Fidélis, que têm problema de falta de energia elétrica. Estaremos ao lado deles, trabalhando. Visitamos os Bairros Aparecida e São José; o pessoal que faz o Arraial da Vila; a Santina, uma professora dedicadíssima; e o Instituto Técnico Federal, uma coisa fantástica, que tem tudo para ser uma grande universidade. Precisam de um curso de Veterinária e o terão, para atender realmente àquela macrorregião do Norte de Minas, que deve parar de dizer que é a região da pobreza, porque tem um potencial enorme. Precisam é de apoio.

Há grandes líderes aqui, grandes colegas Deputados que lutam muito por aquela região. Estamos iniciando um trabalho ali que, tenho certeza, produzirá grandes resultados, com o espírito de somar, e não de prejudicar, concorrer ou de competir com A ou B.

É por isso que não poderia deixar de registrar a alegria com que fui a Salinas mais uma vez. É a terceira vez que vou até lá em pouco tempo, agora ajudando a inaugurar uma obra de que pude participar. Saí de lá com uma série de deveres de casa - nós, Deputados, vamos a um lugar e saímos com uma série de trabalhos a serem realizados. Com certeza, unindo forças, trabalhando ao lado do Governador Aécio Neves, unindo-nos com os líderes, colegas Deputados que atuam na região, viabilizaremos uma série de benefícios não apenas para Salinas, mas também para a turma de Fruta-de-Leite, de Rubelita, de Santa Cruz de Salinas, de todas as cidades que visitei no fim de semana passado, que foi agradável, mas de muito trabalho. É assim que tem sido nossa vida. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão no minuto que me excedi em nosso tempo regimental.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Arcon Refrigeração Comércio e Serviços Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de equipamentos de ar condicionado. Vigência: 12 meses a partir da instalação. Dotações orçamentárias: 1011011227012009449051101 e 101101122701200933903910.1. Licitação: P.L nº 62/2009 - P.E nº 60/2009.

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Odontominas Clinident Assistência Odontológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 101101122701339039291010.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Odontotécnica Ltda. Objeto: manutenções preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos. Objeto do aditamento: terceira prorrogação do Contrato nº 55/2007, sem reajuste do preço. Vigência: 12 meses a partir de 19/3/2010. Dotação orçamentária: 101101122701200933903910.1.

#### Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação na cessão do sistema de bancos de fotografias digitais e de soluções relativas ao gerenciamento eletrônico de documentos e certificação digital. Vigência: 12 meses a partir de 29/5/2010.